

# SIXTY DEGREES FLEXIBLE ALLOCATION OICVM FLEXÍVEL

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Flexível



## RELATÓRIO E CONTAS

RELATIVO AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE

**2025**

# Índice

<b>1 Relatório de Gestão .....</b>	<b>3</b>
1.1 Enquadramento geral da atividade (1º semestre 2025).....	4
1.2 Cenário Base – 1º Semestre 2025.....	13
1.3 Principais características do fundo .....	19
1.4 Evolução do fundo .....	19
<b>2 Balanço e Demonstrações Financeiras.....</b>	<b>24</b>
2.1 Balanço a 30 de junho de 2025.....	25
2.2 Demonstração de Resultados referente ao período findo em 30 de junho de 2025.....	27
2.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa - referente ao período findo em 30 de junho de 2025 ...	28
<b>3 Divulgações .....</b>	<b>29</b>
3.1 Anexos às demonstrações financeiras.....	30
<b>4 Certificação das Contas .....</b>	<b>45</b>

# 1 Relatório de Gestão

## 1.1 Enquadramento geral da atividade (1º semestre 2025)

---

Nos últimos meses, temos sido bombardeados por notícias cada vez mais dramáticas sobre a política comercial dos Estados Unidos, marcadas por tarifas agressivas, ultimatoss e trocas diplomáticas intensas. Em abril, a administração Trump declarou uma emergência nacional devido ao défice comercial do país e implementou uma vasta gama de tarifas, sob a bandeira do lema "America First". Estas medidas provocaram quedas nos mercados financeiros e levantaram enormes preocupações entre analistas económicos e investidores.

Apesar de toda esta turbulência, é fundamental que, em vez de nos deixarmos levar pelo caos aparente, tentemos aprofundar a compreensão das reais dinâmicas em jogo. É crucial perceber as intenções, os objetivos e os estilos dos intervenientes nesta narrativa complexa, para melhor antecipar os seus movimentos e avaliar o impacto a longo prazo nas economias globais.

A nossa análise leva-nos a crer que a atual administração americana adotou uma estratégia clara de "choque e pavor", usando uma retórica agressiva e medidas de forte impacto. No entanto, no final, os acordos concretizados tendem a ser mais moderados do que a intensidade da retórica inicial sugeria. Este padrão não é novo: durante o seu primeiro mandato, o presidente Trump seguiu uma metodologia semelhante, exercendo uma pressão inicial intensa, acompanhada de esforços diplomáticos vigorosos para conquistar compromissos que pudessem ser apresentados como benefícios mútuos.

As ameaças de tarifas, portanto, não representam um objetivo final — são antes ferramentas de negociação poderosas, usadas para obter concessões. Esta tendência histórica de confrontação negociada está a desenrolar-se num contexto em que outros grandes parceiros comerciais, como o Japão, Coreia do Sul e União Europeia, continuam a enfrentar tarifas elevadas ou prazos iminentes. Contudo, as negociações permanecem ativas e em andamento.

Parece que o objetivo da administração Trump é assegurar acordos bilaterais que possam servir de vitórias políticas internas, enquanto minimizam os impactos económicos negativos. Assim, mesmo que alguns obstáculos permaneçam, o panorama sugere uma abordagem de pressões e concessões que, no fundo, visa consolidar o poder de negociação dos Estados Unidos sem um confronto direto e de grandes roturas.

As tarifas podem ter consequências económicas relevantes, como o aumento dos preços ao consumidor, pressões negativas sobre as margens das empresas ou modificações nas projeções de crescimento. Contudo, é fundamental, sobretudo perante avaliações pessimistas baseadas apenas nos anúncios iniciais de política, recordar que muitas das perturbações económicas que esses anúncios sugerem tendem a diminuir à medida que a claridade se vai instaurando e os acordos começam a emergir.

Investidores experientes, familiarizados com ciclos anteriores de negociações comerciais, reconhecem que a volatilidade de curto prazo geralmente é seguida por períodos de maior estabilidade a longo prazo. Esses períodos de estabilização vêm muitas vezes acompanhados de ajustes políticos que acabam por beneficiar vários setores económicos e criar condições mais favoráveis à recuperação.

Nos últimos três meses, as ações norte-americanas experienciaram uma forte queda seguida de uma recuperação rápida e surpreendente. Esta recuperação levantou dúvidas entre muitos investidores, que se concentram nos riscos existentes, como a inflação persistente, os conflitos bélicos, a desaceleração

económica e as disputas comerciais. Embora seja fundamental estar atento a esses riscos crescentes, acreditamos que os investidores devem manter-se vigilantes e preparados para os impulsos que possam fazer os preços das ações subirem novamente.

Atualmente, a liquidez global permanece suficientemente expansiva para sustentar uma nova onda de valorização dos mercados. Os mercados financeiros, já a antecipar o desfecho das negociações, começam a refletir a esperança de acordos futuros ao invés de esperar por longas interrupções. Essa percepção explica, em parte, a forte recuperação das bolsas desde as quedas causadas pelo choque de abril.

Obviamente, eventos inesperados ou catalisadores podem surgir a qualquer momento, alterando o sentimento do mercado — seja elevando o otimismo ou aumentando o pessimismo. Catalisadores positivos, como avanços tecnológicos, uma resolução percebida de conflitos militares ou mudanças políticas favoráveis, podem transformar fundamentalmente o humor dos investidores e o potencial de lucros das empresas. Por outro lado, catalisadores negativos podem ter o efeito contrário.

No primeiro semestre de 2025, o mercado teve de lidar com ambos os tipos de catalisadores. Enquanto os resultados empresariais continuam a ser a força motriz do crescimento dos mercados a longo prazo, o sentimento dos investidores desempenha um papel poderoso como amplificador ou atenuador das tendências no curto prazo.

Ainda que não ignoremos os riscos associados ao possível abrandamento económico, à escalada da inflação ou ao aumento de conflitos militares, também não podemos desconsiderar a possibilidade de que os mercados globais possam continuar a subir. Mesmo diante desses riscos, acreditamos ser possível identificar áreas, setores ou países que poderão beneficiar ou até evoluir favoravelmente face às mesmas circunstâncias.

## **Estados Unidos**

Na economia americana, o 1º semestre de 2025 foi marcado pela incerteza e volatilidade. A administração americana, sem ter em conta os fluxos de capitais internacionais favoráveis aos EUA que em conjunto com o mercado cambial influenciam os défices comerciais, impôs tarifas aos países com excedente comercial sobre os EUA. Antes do início da guerra tarifária, apenas 7% dos Chief Financial Officer's (CFO) norte-americanos acreditavam que o país estava a caminho de uma recessão. Em março, esse valor já era de 60%. A incerteza comercial começou assim a afetar a confiança internacional na economia americana, bem como o valor do dólar nos mercados internacionais, que acabou por desvalorizar cerca de 11% (US Dollar Index) neste semestre. As tarifas transmitiam a percepção de que os Estados Unidos estavam a fechar-se ao comércio internacional, tendo os investidores respondido às ameaças da Administração Trump com fortes vendas nos mercados acionistas nos primeiros dias de abril, altura em que o índice S&P 500 perdeu mais de 10%.

No entanto, no dia 9 de abril, a Administração Trump anunciou uma pausa imediata de 90 dias nas tarifas anteriormente divulgadas. A confiança que parecia destruída rapidamente se recompôs e o S&P 500 registou uma recuperação diária recorde de 9,5%. Desde então, o mercado acionista americano deixou de reagir negativamente à imposição de tarifas e à pressão para acordos comerciais, tendo-se focado mais nos avanços dos acordos com a China e no lema "TACO trade" (Trump always chickens out), reflexo da atitude do líder norte-americano em impor e retirar consecutivamente tarifas comerciais.

As saídas de capital da economia americana do início de abril não tiveram assim continuação no resto do segundo trimestre. Pelo contrário, os números do Treasury International Capital de maio mostraram

compras líquidas recorde de \$326 mil milhões de títulos de dívida norte-americano por parte de investidores estrangeiros, com o maior influxo de sempre do setor privado.

Embora as ações norte-americanas tenham recuperado das perdas acentuadas sofridas na sequência da imposição de tarifas, o mesmo não se pode dizer do mercado de obrigações norte-americano. Desde o mínimo registado a 4 de abril, a yield das Treasury Notes a 10 anos voltou a subir, atingindo um máximo de 4,6% em meados de maio, o que parece transparecer que os grandes fluxos de capital para os EUA, observados no 2º trimestre, não se dirigiram para o mercado obrigacionista. O aumento das yields reflete assim uma maior exigência por parte dos investidores para estarem dispostos a correr o risco de deter dívida dos EUA, em especial nos prazos mais longos. De facto, neste semestre, a Moody's Ratings baixou a classificação de crédito dos Estados Unidos de AAA, a classificação mais alta, para AA1, devido ao aumento do respetivo stock e à instabilidade política que se viveu, onde democratas e republicanos não se entendiam quanto à forma de redução dos défices orçamentais. O caso mais emblemático foi a aprovação do One Big Beautiful Bill Act, uma lei federal assinada por Trump e que prevê cortes nos impostos, cortes no medicaid e maiores gastos em despesa militar, com reflexos estimados muito negativos para o stock de dívida federal norte-americana. A redução da notação de crédito mina a confiança global na dívida soberana dos EUA, uma vez que denominados risk-free assets deixavam assim de ser tão seguros. Em resposta a esta preocupação, foi recentemente aprovado o GENIUS Act (Guaranteeing Essential National Infrastructure in US-Stablecoins), que procura responder à menor procura por dívida americana e, assim, sustentar o financiamento do défice público. A lei estabelece que as stablecoins, criptomoedas indexadas à moeda nacional e emitidas por entidades privadas, tenham de ser integralmente colateralizadas com títulos de dívida americano.

No 1º trimestre de 2025, o PIB real caiu 0,5% (anualizado). Esta contração deveu-se a um aumento de 42,6% nas importações, principalmente de produtos farmacêuticos e eletrónicos com o objetivo de evitar tarifas futuras. Além disso, o gasto governamental caiu 4,6%. Já no 2º trimestre, apesar de haver uma expansão de 3,0% do PIB (anualizado e ajustado à inflação), uma boa parte do valor final deve-se às oscilações líquidas do comércio internacional que distorceram a leitura, isto é, com as tarifas, as importações recuaram 30,3% e as exportações desceram 1.8% aumentando o crescimento do PIB.

No que respeita à inflação, a inflação subjacente, que exclui os setores mais voláteis da energia e dos alimentos, baixou de 3,1% em março para 2,9% em junho (variação homóloga anual). Importa, no entanto, frisar que as tarifas de Trump não são os principais responsáveis pelas pressões inflacionistas deste semestre. Estas são ainda reflexo das falhas nas cadeias de abastecimento e do forte aumento da despesa pública registados durante a pandemia, agravados ainda pelo aumento das políticas verdes, pelas sanções económicas e pela guerra, que contribuíram para o aumento generalizado dos preços da energia. Por seu lado, a taxa de desemprego manteve-se em torno dos 4,1% ao longo do semestre, sinalizando uma desaceleração no ritmo de criação de empregos. Perante este contexto, o Fed optou por manter inalteradas as taxas de juro, evitando dar sinais contraditórios a um mercado já pressionado pela incerteza.

Olhando em frente, o maior risco não reside apenas na trajetória da inflação, mas sim na possibilidade de uma estagflação persistente. O verdadeiro impacto das tarifas surgirá de forma mais evidente nos próximos meses e o maior desafio da Fed passa por preservar a confiança na economia e no dólar norte-americanos.

## China

A economia chinesa mostrou sinais de resiliência, neste primeiro semestre, obtendo resultados positivos num contexto de incerteza no comércio global. O PIB chinês cresceu 5,4% e 5,2% no 1º e 2º trimestres, respetivamente, com a atividade económica a ser fortemente auxiliada pela emissão recorde de dívida pública, pela forte procura por produtos eletrónicos, pelo rápido crescimento do setor de automóveis elétricos, pela antecipação e redirecionamento das exportações para evitar tarifas dos EUA e pelo projeto trade-in que impulsionou o consumo doméstico.

As exportações chinesas subiram 7,2% no primeiro semestre e as importações caíram 2,7%. No meio de um choque tarifário, as exportações foram redirecionadas para outras regiões: sudeste asiático (+13%), união europeia (+6,9%) e África (+21,4%). O desempenho económico foi impulsionado pela produção industrial (+6,4%), expansão dos serviços (+5,5%) e comércio doméstico (+5%).

O recente crescimento do consumo doméstico começou, entretanto, a esmorecer. O governo chinês aprovou, em janeiro, medidas de austeridade para o setor público, incluindo grandes cortes salariais e de benefícios, o que terá reflexos sobre a procura interna. Por seu lado, o impacto positivo do plano trade-in, que incentiva as famílias a trocar bens duradouros, como eletrodomésticos e carros, começou a dissipar-se, uma vez que os consumidores interessados já aproveitaram o benefício. Além disso, o governo está a limitar a concorrência de preços entre empresas, impedindo a diminuição dos mesmos.

Neste primeiro semestre, o consumidor chinês experimentou uma leve deflação de 0,1%. No entanto, a crise mais aguda é na inflação ao produtor, que registou uma queda de 2,8 %. A deflação generalizada destaca problemas como o excesso de capacidade industrial e a necessidade de reestruturar a economia para estimular a procura. O Banco Popular da China cortou tanto as taxas de juros diretas (10 pontos-base) como o coeficiente de reservas a constituir pelos bancos. Injetou também cerca de 1 bilião de yuans no sistema bancário para estimular o crédito e reduzir os efeitos dos altos impostos de importação dos EUA.

Neste semestre, a China reduziu drasticamente a sua exposição à dívida americana, levando o seu stock de Treasuries para o nível mais baixo desde maio de 2009. Segundo o China Money, a trajetória da dívida dos EUA é “insustentável”. O capital libertado com a venda de Treasuries foi redirecionado para reforço das reservas em ouro, de dívida soberana de países emergentes e aumento dos investimentos estratégicos na região asiática.

## Zona Euro

A zona euro cresceu 0,6% no trimestre do ano, face ao 4ºT de 2024, em resultado da antecipação de exportações e do resultado excecional da economia irlandesa que, pela mesma razão, cresceu 9,7% anualizados. Já os dados do 2º trimestre parecem indiciar um novo período de estagnação, contexto que levou o BCE a realizar vários cortes nas suas taxas diretas.

O caso mais preocupante na zona euro parece ser a Alemanha, que é o motor económico da União e representa cerca de 25% do seu PIB. No segundo trimestre, a indústria, o consumo doméstico, os investimentos e o comércio exterior deverão ficar aquém das expectativas. As tarifas impostas pelos EUA ao setor automóvel deverão penalizar as respetivas exportações, enquanto os gastos privados perderão força. A única sustentação deverá surgir do aumento da despesa pública, que deverá rondar os 0,8%.

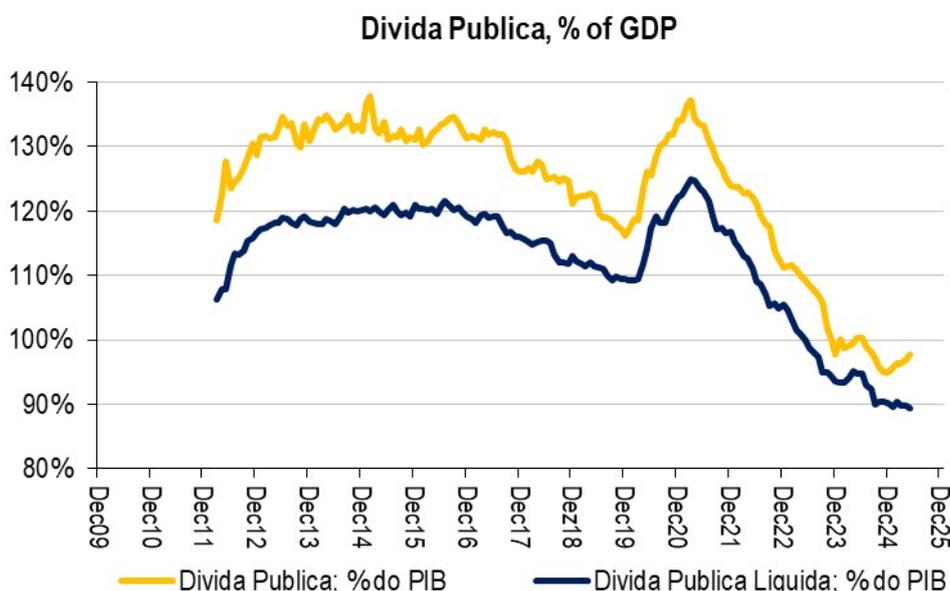
Ao mesmo tempo, o pano de fundo político é marcado pela crescente preparação militar da União Europeia. A capa da revista alemã Stern exemplifica estas ações com a pergunta: “Will you fight for Germany? None of us wants war, but we already have to prepare for it. How ready are we really?”. Nesse contexto, a Comissão Europeia aprovou o plano “ReArm Europe” que prevê um investimento de €800 mil milhões em defesa, financiado sobretudo através do aumento dos défices públicos nacionais.

Neste semestre, a comissão europeia e o BCE pressionaram para a rápida criação das CBDC’s (Central Bank Digital Currency), uma nova forma de dinheiro que existe apenas em formato digital. Estas são promovidas como instrumentos de eficiência e inclusão, mas levantam sérias preocupações sobre privacidade, liberdade individual e o risco de centralização excessiva do sistema financeiro.

## Portugal

Uma análise aos dados mais recentes revela que a dívida bruta do Estado português tem vindo a aumentar, atingindo os 284,5 mil milhões de euros, em maio, segundo a definição de Maastricht. Este montante equivale a 97,8% do PIB, representando um aumento de 1,32% face ao mês anterior e de 3,16% em termos homólogos. Este valor mantém a taxa de endividamento bem acima da meta inicial do Governo de 91,8% do PIB para o final de 2025.

Contudo, o aumento da dívida bruta foi amplamente compensado por uma subida significativa dos depósitos do sector público, que passaram de 20,4 mil milhões de euros em abril para 24,2 mil milhões de euros em maio. Assim, a dívida líquida do Estado, calculada deduzindo estes depósitos, manteve-se estável nos 260,3 mil milhões de euros, 89,5% do PIB. Este valor não sofreu alterações significativas face aos meses anteriores e mantém-se ligeiramente acima do nível registado em dezembro de 2024.



Fonte: Banco de Portugal e INE.

No geral, embora os números da dívida, em termos absolutos, possam parecer menos favoráveis, as reservas orçamentais subjacentes continuam positivas, com níveis elevados de depósitos a conferirem ao Governo uma maior flexibilidade para gerir futuras necessidades de financiamento.

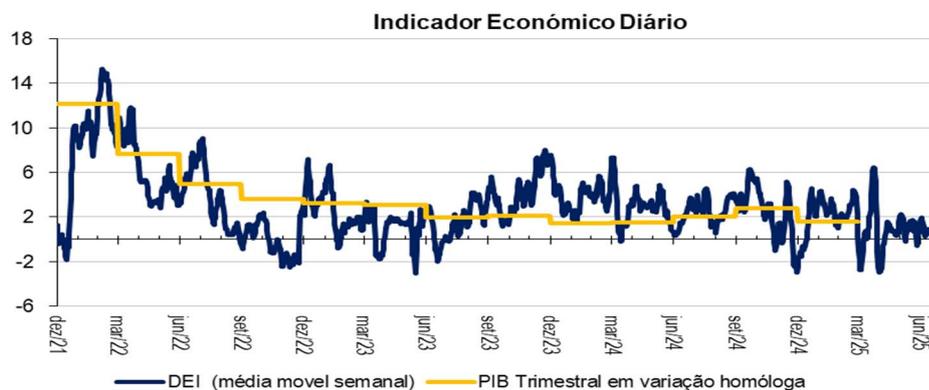
Até ao final de maio, a execução orçamental superou significativamente as expectativas existentes, apresentando um excedente acumulado de 597 milhões de euros, em contraste com um défice de 2,5 mil milhões de euros no mesmo período de 2024. Esta melhoria notável deve-se sobretudo a receitas fiscais robustas, que aumentaram 12,3% desde o início do ano, superando largamente a meta inicial de 9,8% para 2025.

Os impostos diretos registaram um desempenho particularmente positivo, com a cobrança de IRS a subir 17,8% e o IRC a crescer 38,7% desde o início do ano. Os impostos indiretos também registaram um bom desempenho, aumentando 9,3% em termos acumulados, impulsionados por fortes receitas de IVA e impostos relacionados com a energia.

Do lado da despesa, os gastos permaneceram controlados, crescendo apenas 4,5% desde o início do ano, bem abaixo da meta anual de 11,5%. Esta contenção foi favorecida por uma despesa inferior ao previsto em bens, serviços e pagamentos de juros. Uma gestão cuidadosa das despesas tem ajudado a compensar pressões ascendentes nos gastos com salários e prestações sociais. O forte crescimento da receita e a disciplina na execução da despesa reforçam a probabilidade de se superar a meta orçamental anual.

Apesar de alguns desenvolvimentos orçamentais positivos, os indicadores de alta frequência revelam um contexto económico mais moderado. O mais recente Indicador Diário de Atividade Económica (IDE) mostra uma tendência persistentemente fraca na atividade económica, com a média acumulada do ano a cair 0,3%, face a uma queda de 0,5% na semana anterior. Segundo o Banco de Portugal, o IDE, publicado semanalmente e que acompanha dados de alta frequência como pagamentos com cartão, tráfego de veículos pesados, movimentação de cargas e consumo de eletricidade e gás, continua a indicar sinais de estagnação do PIB.

Em abril, a média situou-se nos -0,1% em termos homólogos (face a -0,4% e -0,3% nas duas semanas anteriores). A média de maio manteve-se nos -0,2%, inalterada face às últimas duas semanas, enquanto a média de junho desceu para -0,8%, após -1,5% na semana anterior. Apesar de estes dados estarem sujeitos a revisões frequentes, os sinais consistentemente negativos poderão ter um impacto adverso no crescimento do PIB no segundo trimestre. Esta tendência evidencia um desfasamento em relação a alguns indicadores mais resilientes, como as vendas a retalho.



Fonte: Banco de Portugal e INE.

Os dados de vendas a retalho de maio apresentaram uma perspetiva positiva para a procura interna. O volume total do comércio a retalho aumentou 5,5% em termos homólogos, superando tanto a média móvel de doze meses como a de três meses. O crescimento foi generalizado, com as vendas de produtos

alimentares a subirem 5,2% em termos homólogos e o comércio a retalho de produtos não alimentares a crescer 5,8% face ao mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, as vendas de produtos alimentares aumentaram 6,7% ano a ano.

Em comparação, o comércio online e por correspondência continuou a expandir-se de forma robusta, com um crescimento de 7,8% em termos homólogos, refletindo tendências semelhantes às observadas em Espanha. Esta resiliência no consumo contrasta com outros indicadores que sugerem um trimestre mais fraco. Ainda assim, constitui um sinal encorajador da forte procura das famílias, o que é positivo tanto para os retalhistas de produtos alimentares como de não alimentares nos próximos meses.

O mercado habitacional português manteve a tendência de subida no primeiro trimestre de 2025, com os preços a aumentarem 16,3% em termos homólogos e 4,8% m-om, atingindo novos máximos históricos. O volume de transações também registou um crescimento significativo em termos anuais, com um aumento de 25,0% face ao mesmo período do ano anterior. Contudo, comparando com o mês anterior, registou-se uma queda no volume de transações de 8,5%, provavelmente devido a ajustamentos sazonais.

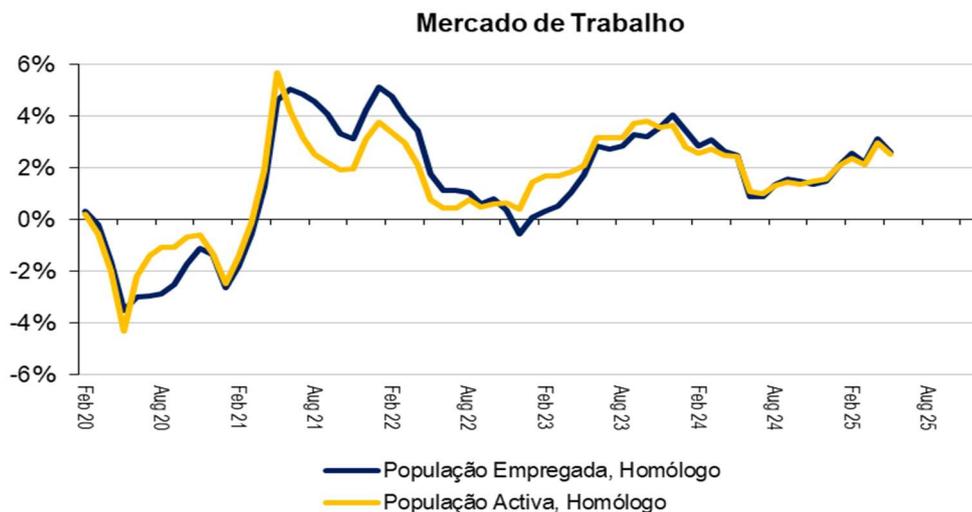
A área de Lisboa refletiu esta tendência geral, com o volume de transações a subir 26,6% em termos homólogos, mas a cair 9,4% face ao mês anterior. É de destacar que as vendas a não residentes aumentaram ligeiramente, 1,5% em termos homólogos, embora tenham registado uma forte queda trimestral de 18,9%.

Os dados indicam uma forte relação entre as taxas de juro nominais dos empréstimos hipotecários e os preços da habitação. Em contraste, as taxas de juro reais têm um impacto menor, provavelmente porque o crescimento salarial nominal está a superar a inflação. Com a expectativa de que as taxas hipotecárias continuem a descer em linha com a política do BCE, é provável que o atual contexto favorável à procura e aos preços da habitação se mantenha nos próximos trimestres.

Em abril, as contas externas de Portugal apresentaram uma evolução positiva, com o saldo da Balança Corrente a registar um excedente equivalente a 1,6% do PIB nos últimos doze meses. Este desempenho favorável foi impulsionado principalmente pela Balança de Serviços, que alcançou um excedente substancial de 11,3% do PIB, sobretudo devido aos efeitos sazonais da Páscoa. No sector dos serviços, o saldo da Conta Viagens aumentou 8,7% em termos homólogos, enquanto os Serviços de Transporte cresceram 26% face ao mesmo período do ano anterior, ambos os valores superando as médias recentes.

Apesar da Balança de Bens se ter mantido deficitária em 9,3% do PIB, o elevado excedente nos serviços ajudou a garantir um saldo global positivo, evidenciando a resiliência externa de Portugal, apesar dos desafios estruturais persistentes no comércio de bens.

Os dados do mercado de trabalho de maio confirmaram a estabilização da dinâmica de emprego em níveis recorde, com a população ativa e a população empregada a crescerem cerca de 2,5% em termos homólogos. O número de desempregados manteve-se estável em cerca de 350 mil pessoas, o que resultou numa taxa de desemprego de 6,3%.



Fonte: Banco de Portugal e INE.

Segundo os números preliminares do Instituto Nacional de Estatística (INE) para maio, a taxa de desemprego fixou-se nos 6,28%, face aos 6,44% e 6,32% registados anteriormente. Além disso, a taxa de subutilização desceu 11 pontos base em termos mensais, para 10,48%, abaixo dos 10,88% e 10,64% verificados anteriormente.



Fonte: Banco de Portugal e INE.

A população inativa registou uma diminuição homóloga de 90 pontos base, face a quedas anteriores de 45 e 104 pontos base. A população ativa aumentou 2,5% em termos homólogos, face a crescimentos anteriores de 1,77% e 2,53%, o que traduz uma descida de 24 pontos base em termos mensais. De forma idêntica, a população empregada subiu 2,6% em termos homólogos, face a 1,80% e 2,64% registados anteriormente, refletindo igualmente uma diminuição de 24 pontos base em termos mensais.

Estes números reforçam a ideia de que o mercado de trabalho se mantém limitado, com crescimento estável do emprego e da participação, enquanto o número de desempregados permanece praticamente inalterado.

Os indicadores de confiança forneceram uma perspetiva mais detalhada sobre as expectativas económicas. Em junho, o Indicador de Sentimento Económico (ISE) de Portugal subiu pelo segundo mês consecutivo, atingindo 107,4, bem acima da média dos últimos doze meses.

Este aumento foi impulsionado sobretudo por uma forte subida no sector dos Serviços, que avançou para 14,4, evidenciando um dinamismo robusto nos sectores do turismo e da hotelaria. Em contraste, o sentimento económico na Zona Euro voltou a recuar para 94,0, com o sector industrial a continuar a penalizar o indicador global.

Apesar de os Serviços mostrarem sinais positivos, a evolução global do ISE parece inconsistente com outros indicadores macroeconómicos que apontam para um crescimento trimestral mais fraco, revelando uma dinâmica desigual entre sectores.

O sector bancário português demonstrou resiliência no segundo trimestre de 2025, sustentado por um crescimento do crédito e por uma margem financeira líquida estável. De acordo com o Banco de Portugal, o total de empréstimos aumentou, em média, 1,3% em termos trimestrais - entre abril e maio -, impulsionado pela forte procura de crédito à habitação (+6,7% em termos homólogos) e de crédito ao consumo (+5,6% em termos homólogos), enquanto o crédito às empresas também registou uma melhoria modesta.

Apesar de uma descida gradual das taxas de juro dos novos empréstimos, a margem financeira líquida manteve-se praticamente inalterada, já que uma redução semelhante na remuneração dos depósitos compensou a queda nos juros cobrados nos empréstimos. Esta estabilidade é positiva para o rendimento líquido de juros no segundo trimestre de 2025, que deverá manter-se estável ou ligeiramente positivo face ao trimestre anterior.

Além disso, o crescimento dos depósitos manteve-se robusto, com um aumento de 6,04% em termos homólogos, e o rácio de crédito sobre depósitos permaneceu estável. Os rácios de crédito vencido mantiveram-se baixos em todos os segmentos, reforçando a boa qualidade do crédito do sector. No conjunto, os dados apontam para um ambiente favorável para o sector bancário, com uma dinâmica de crédito saudável e uma pressão sobre as margens bem contida.

## **Desempenho do Fundo no 1º Semestre de 2025**

Na primeira metade do ano, o fundo registou uma performance efetiva de 1,61% (categoria I), tendo recuperado fortemente, em maio e junho, das quedas de março e abril e registado uma volatilidade semanal anualizada de 3,95%. O VaR (99%, 30dias) no final do semestre era de 3,7%. Em termos de contribuições para o resultado, a classe de ações foi a que mais contribuiu para o resultado positivo apesar da forte desvalorização do dólar face ao euro neste período. Já a categoria D, denominada em usd, terminou o semestre com uma rendibilidade efetiva de 13,97%.

Mantivemos a nossa preferência pelas obrigações soberanas americanas e alemãs de maturidades mais curtas, com prazo inferior a 2 anos, o que nos deixará fora de qualquer rally de curto prazo via *duration* e compressão dos spreads de crédito da dívida empresarial. Ao mesmo tempo, a nossa tradicional exposição ao dólar norte americano acabou por prejudicar fortemente a rendibilidade do fundo no período, mesmo sendo uma exposição muito abaixo do normal face ao peso desta moeda nos principais índices mundiais.

Em relação à exposição a ações, o fundo oscilou dinamicamente o peso líquido investido nesta classe de ativos ao longo do semestre, entre os 15% e os 27%, alcançando uma exposição média de cerca de 20% e mantendo-se maioritariamente exposto a ações norte-americanas, com alguma exposição residual a Portugal, Alemanha, Hong Kong e urânio.

Neste primeiro semestre de 2025, o Fundo reduziu seus ativos sob gestão em 8,4% tendo terminado o período acima dos 3,6 milhões de euros. No final do período, já refletindo o posicionamento estratégico para o semestre final de 2025, a carteira do fundo estava investida em 94%, sendo 41% em ações, 50% em obrigações soberanas, 3% em obrigações de empresas e o resto em liquidez. Com recurso a instrumentos derivados, a exposição ao mercado acionista totalizava apenas 27%. Apesar da carteira de investimentos do fundo ser maioritariamente denominada em dólares norte-americanos, a exposição a este risco cambial estava parcialmente coberta e a exposição líquida era de apenas 16%.

## 1.2 Cenário Base – 1º Semestre 2025

### Nota Prévia

#### **As perspetivas que adiante se apresentam refletem o conhecimento à data de 30 de junho de 2025**

Embora mantenhamos uma postura otimista relativamente ao mercado de ações em geral, as nossas principais preocupações concentram-se no mercado de renda fixa, especialmente na dívida governamental.

A liquidez nos mercados de obrigações soberanas tem vindo a diminuir, em claro contraste com o aumento do prémio de risco a prazo. Com poucos sinais de contenção orçamental em praticamente todo o mundo, uma crise fiscal num mercado de dívida desenvolvido deixou de parecer um cenário improvável.

As dívidas herdadas continuam a acumular-se, a despesa fiscal é constante e generalizada e a própria pedra angular do sistema monetário a nível global — o dólar — tem perdido parte do seu brilho enquanto reserva de valor. Assim, uma crise fiscal num mercado desenvolvido já não pode ser descartada de modo automático.

A liquidez é uma métrica fundamental que revela a saúde dos mercados financeiros. Desde o início da pandemia, que este indicador tem vindo a deteriorar-se nos principais mercados de obrigações, sendo especialmente evidente no Reino Unido e, mais recentemente, no Japão.

A escassez de liquidez é o sinal mais claro de que os mercados estão insatisfeitos com a atual situação fiscal de um país. Além disso, funciona como o mecanismo principal através do qual um círculo vicioso pode estabelecer-se — onde uma má gestão económica por parte do governo leva a uma reação negativa dos mercados, que, por sua vez, agrava ainda mais a crise inicial.

Um deslize soberano pode rapidamente fazer com que as taxas de juro disparem e a moeda enfraqueça, forçando o governo a tomar medidas que prejudicam o crescimento económico. Essa espiral negativa leva a uma saída de capitais mais intensa, tornando-se uma situação já infelizmente familiar a muitos mercados emergentes, que tantas vezes testemunharam este processo no passado recente.

Nos últimos 18 meses, as yields das obrigações têm vindo a aumentar, destacando-se especialmente nas maturidades mais longas. Os investidores têm-se tornado significativamente mais cautelosos em relação a títulos de longo prazo, sobretudo numa altura em que as despesas fiscais permanecem sem restrições e há uma crescente probabilidade do aumento da inflação global retornar — possivelmente com a conivência tácita dos próprios governos. O aumento da inclinação das curvas de rendimento reflete também esta apreensão.

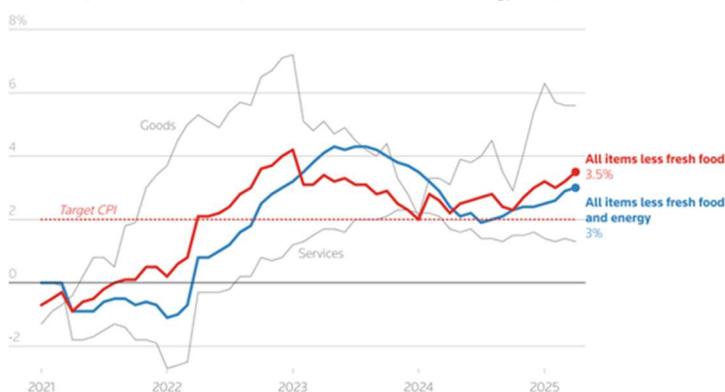
O Japão é um caso particularmente marcante, com aumentos surpreendentes nas yields das maturidades mais longas. A inflação e as expectativas inflacionistas parecem estar fora de controlo, enquanto a pesada intervenção do Banco do Japão no mercado de obrigações mantém a liquidez sob pressão e limita as possibilidades de manobra do banco central. Comprar ainda mais JGBs (Obrigações do Governo do Japão) pode, na verdade, surpreender os investidores e não os tranquilizar.

Os investidores em obrigações exigem retornos mais elevados para manter títulos governamentais de longo prazo. O prémio de prazo — ou seja, o retorno adicional exigido sobre dívidas de maturidade longa acima das expectativas de taxas de juro de longo prazo — tem sido responsável por toda a subida nas yields das obrigações nestes últimos 12 a 18 meses. Estes compradores pedem uma margem de segurança maior, para se protegerem do risco de reembolso em moedas de valor depreciado. Esta é, de facto, a decisão acertada. A prudência fiscal está a tornar-se uma característica cada vez mais rara — quase três quartos dos maiores países emergentes e desenvolvidos têm registado um aumento líquido dos seus défices orçamentais desde o final de 2019.

Este cenário poderia ser menos preocupante se as receitas governamentais também estivessem a crescer, mas, em geral, não é o caso. O défice fiscal mediano em relação às receitas tem vindo a aumentar nos últimos 10 a 15 anos. Devemos acompanhar de perto o aumento dos encargos com juros da dívida pública pois pode surgir um círculo vicioso.

#### Japan's core inflation hits more than 2-year high

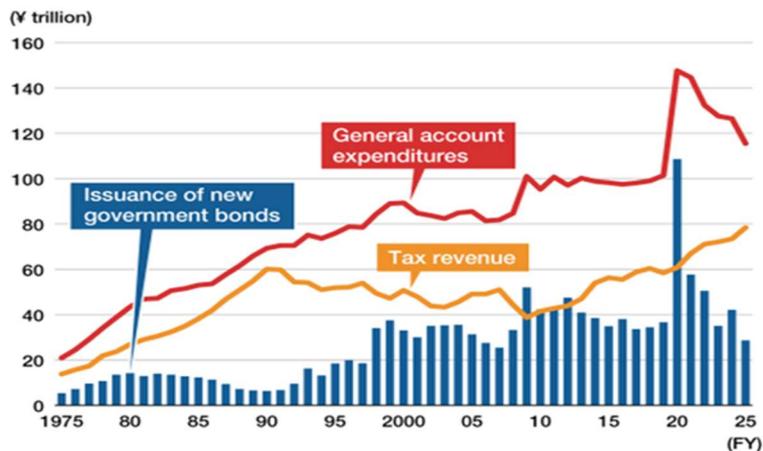
Japan's core inflation rose 3.5% in April, raising the odds of another interest rate hike by year-end. Meanwhile, the "core core" index, which excludes fresh food and energy costs, rose 3%.



Source: LSEG Datastream  
Pasit Kongkunakornkul • May 23, 2025 | REUTERS

Por fim, as causas de fundo — como défices fiscais elevados e crescentes, rácios dívida/PIB ou serviço da dívida/PIB em expansão, encargos de juros em ascensão, dependência crescente de financiamento de curto prazo e a relutância política em cortar despesas — permanecem presentes, alimentando um potencial de crise que exige atenção constante.

## Government Revenues, Expenditures, and Debt



### Estados Unidos

A economia americana deverá continuara a abrandar ainda mais na segunda metade do ano, com a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) a crescer em torno de 1-1,5%, em função da estagnação nos rendimentos reais disponíveis das famílias e da elevada incerteza na política económica que continuará a pesar sobre o investimento e as exportações.

O número de empregos deverá ter um crescimento mais lento já no terceiro trimestre, pelo menos é isso que parece razoável deduzir do enfraquecimento que temos observado nos índices de intenções de contratação estimados pelo NFIB e pela Fed para os setores dos serviços. Por outro lado, a redução da procura por bens importados, à medida que os preços sobem, poderá resultar na eliminação total dos empregos criados no setor de distribuição no primeiro trimestre. A redução de empregos federais também deverá intensificar-se no terceiro trimestre, uma vez que Supremo Tribunal levantou a ordem que bloqueava os despedimentos massivos em várias agências governamentais.

Por outro lado, é possível que os aumentos nos preços dos bens possam registar um impulso considerável no decurso do terceiro trimestre, em resultado das tarifas impostas em abril passado. Registe-se que a taxa média efetiva das tarifas sobre as importações está atualmente nos 16%, um aumento significativo face aos 3% que se registavam no final de 2024, o que poderá resultar num incremento máximo de 1,25 pontos percentuais no deflador subjacente do PCE, caso todos os custos sejam repassados aos consumidores. Os dados do IPC de maio mostraram que apenas cerca de 10% do impacto potencial das tarifas se tinha concretizado até essa data. A experiência de 2018 revela que os retalhistas costumam transferir a maior parte das tarifas quatro a seis meses após a sua imposição, pelo que a maioria dos efeitos serão sentidos entre setembro e outubro deste ano. Porém, o aumento da taxa de desemprego deverá permitir aos empregadores a redução da taxa de crescimento salarial, pressionando assim em baixa a inflação nos serviços, e a inflação nos custos de alojamento deverá continuar a diminuir. Estas evoluções poderão assim compensar parte do aumento geral na inflação provocado pelas tarifas. Contudo, a evolução da situação geopolítica global continuará a ditar o maior ou menor grau de crescimento da inflação nos próximos 3 anos.

A “One Big Beautiful Bill Act” (OBBBA) não deverá trazer grande auxílio às empresas que as ajude a contrariar os obstáculos que terão pela frente no que toca ao investimento. O regresso da possibilidade de depreciação a 100% na aquisição de equipamentos e de alguns investimentos em estruturas fabris apenas apoiará modestamente o investimento de capital. A ausência de um limite imediato para essas medidas de alívio significa que muitas empresas preferirão aguardar pela diminuição da incerteza relacionada com as tarifas, antes de avançarem com os seus investimentos. A resiliência do investimento em equipamentos nos últimos dois anos e meio, apesar da redução progressiva da depreciação adicional para 80% e 60% em 2023 e em 2024, respetivamente, também sugere que a reintrodução da taxa de 100% terá apenas um impacto diminuto. No geral, a política fiscal proporcionará um estímulo marginal ao crescimento do PIB nos próximos 18 meses. As alterações fiscais e de despesa previstas na OBBBA irão, no seu conjunto, aumentar o défice orçamental em 1,5% do PIB no próximo ano, em comparação com a previsão da CBO de janeiro 2025.

Neste sentido, a Fed poderá voltar a cortar as suas taxas diretoras já em setembro, mas fará depender cortes adicionais, sem nunca o afirmar, mais do afastamento dos EUA dos conflitos bélicos na Europa e nos Médio Oriente do que da evolução do mercado laboral norte-americano.

## China

O consumo deverá continuar relativamente estagnado, apesar dos aumentos gerais nas vendas a retalho. A principal política de estímulo ao consumo — os subsídios para troca de automóveis, eletrodomésticos e bens digitais — tem gerado um forte crescimento nas vendas a retalho, rondando os 20 a 30% para as duas últimas categorias. Contudo, este aumento tem ocorrido à custa de menor despesa noutras áreas, nomeadamente na saúde e nos serviços discricionários. Como tal, a taxa de poupança das famílias permanece bem acima dos 30%, níveis superiores à média de longo prazo. O índice oficial de confiança do consumidor encontra-se perto de mínimos históricos, com as famílias preocupadas com o emprego e as perspetivas de obtenção de maiores rendimentos, enquanto o mercado imobiliário residencial volta a enfraquecer.

Já a rentabilidade do setor empresarial deverá recuperar à medida que avança o ajustamento estrutural, especialmente as reformas do lado da oferta anunciadas. As empresas enfrentam uma deflação persistente dos custos de produção, uma procura doméstica aquém do esperado e incertezas na política comercial. Os decisores políticos deverão intensificar os esforços para combater a concorrência excessiva, nomeadamente através da maior fiscalização sobre fabricantes de veículos elétricos que atrasam pagamentos a fornecedores e usam as poupanças para sustentar guerras de preços nesse setor. A abordagem de autorregulação voluntária da indústria não tem conseguido conter os excessos de oferta nos setores solar e automóvel, pelo que as autoridades chinesas deverão vir a adotar uma postura mais firme sobre as empresas com o objetivo de alcançar preços e lucros mais estáveis (as nossas dúvidas são grandes quanto ao sucesso desta intervenção estatal).

A preparação para a guerra tarifária com os EUA permitiu às autoridades chinesas resistir com algum sucesso ao primeiro embate com a segunda Administração Trump. Como tal, é provável que as previsões de crescimento para o resto de 2025 sejam revistas em alta, devido ao menor impacto das tarifas, ajudadas pela implementação duma suspensão de três meses, e ao sucesso dos exportadores em desviar o comércio para outros mercados. É expectável que venham a ser anunciados novos apoios fiscais mais direcionados, mas a fragilidade na procura e a guerra comercial latente ainda não criaram a sensação de crise que levariam as autoridades a uma mudança de política significativa. Assim, esperamos que a China mantenha a sua abordagem de apoio ao crescimento através de medidas direcionadas e graduais, deixando espaço para movimentos mais robustos, caso os EUA implementem uma estratégia mais acentuada de isolamento do país.

---

## O despertar do urânio: início dum novo ciclo

O mercado de urânio acaba de ativar um novo impulso de valorização, com o preço spot a subir mais de 14% nos últimos quatro meses em dólares. No entanto, esta movimentação vai muito além de uma alta pontual; ela indica o início de um reajuste estrutural de preços, impulsionado por forças profundas, tanto económicas quanto políticas.

Estamos a testemunhar uma convergência rara entre fundamentos sólidos e uma mudança definitiva na narrativa de mercado. A oferta global permanece estruturalmente desajustada, enquanto a procura — inelástica e em crescente expansão — reforça essa tendência. A disciplina nos contratos de longo prazo voltou ao centro da indústria, refletindo uma maior preocupação com a estabilidade do fornecimento.

O sentimento do mercado começa, agora, a alinhar-se com esta nova realidade, e um dos sinais mais evidentes desta viragem é o ressurgimento do carry trade. Este movimento trouxe liquidez adicional ao mercado, ajudando a aproximar os preços spot dos futuros e criando uma nova base técnica de suporte para o urânio. Tudo indica que estamos perante uma fase de mudança de paradigma, com um potencial de valorização sustentada e de longo prazo.

Pela primeira vez em mais de uma geração, o governo dos Estados Unidos lança uma ofensiva federal coordenada em favor da energia nuclear — uma iniciativa que tem implicações diretas e profundas para o mercado de urânio. O plano divulgado pelo presidente Trump prevê quadruplicar a capacidade nuclear do país até 2050, atingindo os 400 GW.

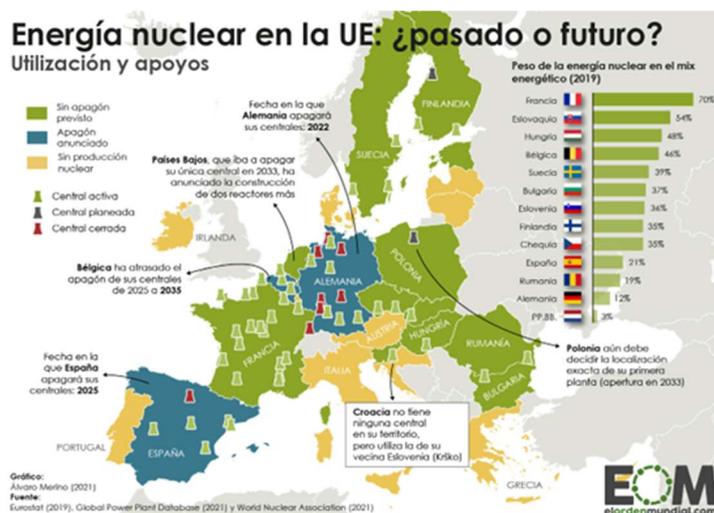
Para alcançar esse objetivo, será necessário multiplicar por quatro a procura anual de urânio, passando de aproximadamente 50 milhões de libras para cerca de 200 milhões de libras — um aumento da procura sem precedentes, considerando a produção global projetada para 2025, na ordem de cerca de 164 milhões de libras. Essa mudança representa um choque de procura que pode transformar o mercado e impulsionar os preços do urânio de forma significativa e duradoura.

Essa meta, longe de ser apenas um discurso, já está em plena execução de várias maneiras:

- Aprovações rápidas de novos projetos de mineração: por exemplo, o projeto Velvet-Wood foi aprovado em apenas 14 dias, demonstrando uma disposição acelerada para expandir a produção de urânio.
- Expansão completa da cadeia de abastecimento nuclear: envolvendo todas as etapas — mineração, conversão, enriquecimento e reciclagem —, fortalecendo a autonomia e a resiliência do setor.
- Regulamentação ágil: através da Comissão de Regulação Nuclear (NRC), com prazos claros para licenças e renovações, eliminando obstáculos burocráticos que antes dificultavam a rápida implementação de projetos.
- Incentivos fiscais exclusivos: direcionados ao setor nuclear, afastando-se da abordagem tradicional de apoio às energias renováveis, o que estimula o investimento e a inovação na indústria nuclear americana.

Essas ações concretas demonstram que a ambição de expandir a energia nuclear está a ser levada a sério, configurando uma estratégia de longo prazo que poderá reconfigurar o mercado mundial de urânio.

Na era da eletrificação acelerada e da inteligência artificial, a procura por energia limpa, confiável e segura tornou-se prioridade máxima. A energia nuclear surge como a única fonte capaz de oferecer esses requisitos de forma estável e em larga escala.



Prova disso, são os passos concretos que já estão em curso:

- Gigantes da tecnologia como Microsoft e Meta celebraram acordos de fornecimento de energia nuclear de longo prazo, garantindo uma procura sólida e previsível;
- Novas fábricas estão a ser planeadas, enquanto unidades antigas estão a ser revitalizadas — incluindo a própria central emblemática de Three Mile Island, que poderá voltar a operar;
- No Canadá, o primeiro Small Modular Reactor (SMR) está a avançar rapidamente no Ontário, abrindo uma nova via para a produção de energia nuclear de baixo impacto e alta flexibilidade;
- Na Europa, países como a Alemanha, a Dinamarca e a Espanha começam a reavaliar as suas políticas energéticas, sinalizando uma mudança silenciosa, mas decisiva, na narrativa europeia em relação ao papel do nuclear.

Este conjunto de movimentos marca o início de um novo ciclo no mercado de urânio e, desta vez, as forças que impulsionam a valorização são de carácter estrutural e global. A convergência de interesses tecnológicos, políticos e ambientais aponta para uma fase de forte crescimento sustentado neste setor estratégico.

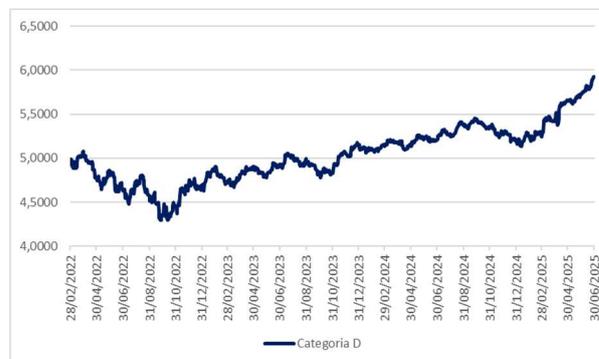
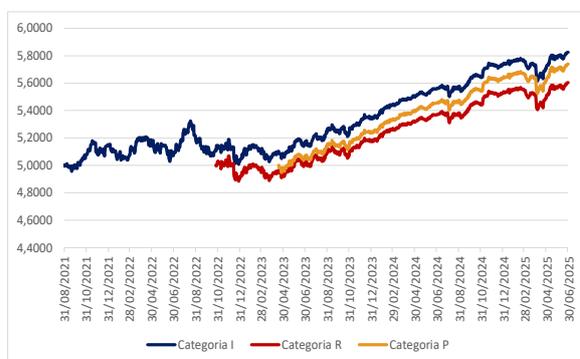
## 1.3 Principais características do fundo

Entidade Gestora	SIXTY DEGREES - SGOIC, S.A. Avenida João Crisóstomo, 30 6º E 1050-127 Lisboa
Data de Início do Fundo	13/08/2021
Tipo de Fundo	Flexível
Região de Investimento	Global
Política de Rendimentos	Capitalização
Objetivo do Fundo	O objetivo principal do Fundo é o de proporcionar aos seus participantes o acesso a uma carteira de ativos maioritariamente constituída por ações e obrigações de taxa fixa e de taxa indexada, sendo a sua política de aplicações norteada por critérios de diversificação de risco e potencial de valorização a médio e longo prazo.
Política de Investimentos	O fundo tem uma política de investimentos diversificada maioritariamente constituída por ações, obrigações de Estados e Empresas ( <i>Investment Grade</i> ou <i>High Yield</i> ), instrumentos monetários, fundos e derivados, sendo a sua política de aplicações norteada por critérios de potencial valorização a médio e longo prazo e de diversificação das fontes de risco. Pela sua tipologia, Fundo Flexível, os investimentos nas várias classes de ativos podem oscilar entre 0 e 100%.

## 1.4 Evolução do fundo

### Evolução Histórica

O fundo iniciou a sua atividade a 13 de agosto de 2021, tendo as unidades de participação demonstrado a seguinte evolução até 30 de junho de 2025:



### Performances, Volatilidades e níveis de Risco desde o início do fundo

Sixty Degrees - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., com sede na Av. João Crisóstomo n.º 30, 6.º Esq. 1050-127 Lisboa, Portugal. Capital Social de 1.270.835 Euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob número único de matrícula e identificação fiscal 515 373 508.

Ano / Lançamento	Categoria	Performance	Volatilidade Anualizada <sup>2</sup>	ISR <sup>1</sup>
2021	I	2.88%	8.49%	4
2022	I	-2.35%	8.53%	4
	R	-2.02%	9.25%	4
	D	-6.27%	11.29%	5
	I	6.34%	5.25%	3
2023	R	5.63%	7.29%	3
	D	9.98%	10.88%	3
	P	1.36%	7.68%	3
	I	7.35%	3.23%	2
2024	R	6.82%	3.13%	2
	D	0.80%	6.30%	3
	P	7.62%	3.89%	2
	I	1.61%	3.04%	2
2025 – 1 <sup>a</sup> semestre	R	1.35%	3.00%	2
	D	13.97%	6.33%	3
	P	1.81%	2.86%	2

<sup>1</sup> A partir do exercício de 2023, o Fundo deixou de calcular o Indicador Sintético de Risco e de Remuneração (ISRR) que mede o risco de variação de preços das unidades de participação do Fundo com base na volatilidade verificada nos últimos 5 anos. Por ser considerado um Packaged Retail Investment and Insurance-Based Product (PRIIP) ao abrigo da legislação europeia, o Fundo passou a apresentar o cálculo do Indicador Sumário de Risco (ISR) conforme Regulamento Delegado (EU) 217/653, da Comissão, de 08 de março.

O ISR constitui uma orientação sobre o nível de risco deste produto quando comparado com outros produtos. Mostra a probabilidade de o produto sofrer perdas financeiras, no futuro, em virtude de flutuações dos mercados. Classificamos este produto na categoria 2 numa escala de 1 a 7, que corresponde a uma categoria de risco baixo. Este Indicador não inclui os riscos de Rendimento, Operacional, Fiscal, Derivados, Cambial, Liquidez ou outros, que possam afetar o desempenho do Fundo. Este produto não prevê qualquer proteção contra o comportamento futuro do mercado, pelo que poderá perder uma parte ou a totalidade do seu investimento. Sempre que aplicável a alguma Categoria do Fundo, dada a ausência de histórico para aplicar a metodologia de cálculo do Indicador Sumário de Risco (ISR), foi construída uma carteira que julgamos ser representativa da carteira tipo do Fundo no médio e longo prazo. Sendo um Fundo de alocação flexível, foi decidido alocar 50% da carteira a ações globais, 40% a obrigações de todo o mundo (corporate e governos) e 10% a aplicações do mercado monetário.

<sup>2</sup> Para o período compreendido entre 2021 e 2022, o valor em percentagem da volatilidade subjacente é calculado de acordo com as regras do Indicador Sintético de Risco e de Remuneração (ISRR) para um período histórico de 5 anos. A partir de 2023, o campo em referência é preenchido com o valor da volatilidade subjacente à medida de risco de mercado (MRM) associada ao Indicador Sumário de Risco (ISR) conforme Regulamento Delegado (EU) 217/653, da Comissão, de 08 de março.

## Alocação de Ativos – Junho de 2025

Exposição por Classe de Ativos	
Ações	43%
Ações via Futuros de Ações (1)	-23%
Obrigações Soberanas	36%
Obrigações <b>Corporate</b>	5%
Commodities	0%
Liquidez	9%

(1) Valor notional dos derivados

Exposição Geográfica (excluindo Liquidez)	
Estados Unidos da América	61.8%
Portugal	17.5%
Alemanha	16.5%
China	2.2%
Canadá	1.9%

Exposição Cambial	
Euro (EUR)	84%
Dólar Estados Unidos da América (USD)	26%

### Unidade de Participação

Ano	VLGF	Categoria	Unidades em Circulação	Valor da UP
2021	1.543.172,71	I	300.000	5,1439
	<b>1.543.173.71</b>			
2022	1.507.015,23	I	300.000	5.0234
	67.441,69	R	13.765,7262	4,8992
	1.346.374,32	D	307.206,0174	4,6868
	<b>2.920.831,24</b>			
2023	1.706.297,84	I	319.446,17	5.3414
	475.827,76	R	91.953,03	5.1747
	1.431.671,53	D	307.206,02	5.1541
	127.777,47	P	24.396,71	5.2375
	<b>3.741.574,60</b>			
2024	1.778.384,10	I	310.129,45	5.7343
	643.449,52	R	116.393,12	5.5282
	1.335.513,00	D	266.042,00	5.0199
	184.137,62	P	32.668,10	5.6366
	<b>3.941.484,24</b>			
2025- 1º Semestre	1.490.174,44	I	255.750,00	5.8267
	679.902,89	R	121.349,20	5.6029
	1.243.689,93	D	247.192,00	5.9212
	196.100,65	P	34.173,19	5.7384
	<b>3.609.867,91</b>			

### Custos

Custos	% da comissão
<b>Imputáveis diretamente ao participante</b>	
Comissão de subscrição	Categoria I – não se aplica Categoria P – 2,00%* Categoria R – não se aplica Categoria D – não se aplica
Comissão de reembolso	Categoria I - não se aplica Categoria P - não se aplica Categoria R - não se aplica Categoria D - não se aplica
<b>Imputáveis diretamente ao Fundo</b>	
Comissão de gestão fixa (anual) <sup>1</sup>	Categoria I – 1,00% Categoria P - 0,625% Categoria R – 1,50% Categoria D – 1,00%

<sup>1</sup> O Fundo remunera as entidades comercializadoras de acordo com a repartição prevista no ponto 5.1.2 do respetivo prospeto.

Comissão de gestão variável (anual e aplicável às Categorias I, P R e D)	20% da diferença entre a rentabilidade anual do fundo, se positiva, e o máximo entre zero e valor da Euribor a 12m, divulgada no último dia útil do ano anterior, adicionada de 2% ao ano
Comissão de depósito (anual)	0,13% ao ano ou 0,12% ao ano se VLGF superior a EUR 20 milhões
Taxa de supervisão (mensal)	0,0012% com mínimo de 100€ e Máximo de 12.500€ (acrescida das majorações que vierem a ser definidas pela CMVM)
Custos de Auditoria	4.612.50€/ano (Os custos de auditorias exigidas por lei ou regulamento)
Custos de research (anual)	Com Máximo de 0,10% calculados com base no VLGF referente ao fecho do ano anterior.
Despesas com apoio jurídico fora da jurisdição portuguesa.	Os custos legais ou judiciais decorrentes de questões relacionadas com os ativos detidos pelo Fundo.
<b>Taxa de encargos correntes</b> (efetivos)	Categoria I - 1,48% Categoria R - 1,99% Categoria D – 1,48% Categoria P -1,11%

\* (subscrições provenientes de Fundos de Pensões estão isentas de comissão)

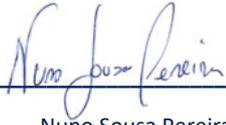
## Risco e Compliance

No 1º semestre de 2025, e da monitorização diária dos limites de investimento, que decorrem das disposições legais e dos documentos constitutivos, verificados e confirmados com o cálculo do valor líquido global do fundo e da unidade de participação, pela equipa do Compliance com suporte da aplicação informática onde os planos de limites estão parametrizados, não foram detetadas, para o período em referência, quaisquer situações que tivessem colocado em causa a gestão do fundo ou os seus participantes. Todos os incumprimentos, passivo ou ativo, são comunicados de imediato à equipa responsável pela gestão para justificação obrigatória e eventual resolução imediata. As situações detetadas foram analisadas tendo sido classificadas como passivas, enquadrando-se dentro das situações previstas no artigo 74º do Regulamento 07/2023. No que respeita ao controlo de risco de Liquidez da carteira, tendo em consideração o modelo implementado, de forma a monitorizar a sua capacidade para fazer face a resgates elevados, através da combinação entre a liquidez requerida e a disponível, ou seja, definir a parte do choque de resgate que pode ser gerida através da venda de ativos bem como os custos associados à obtenção dessa liquidez, concluiu-se que a equipa de gestão, tendo por base os testes efetuados sobre a carteira de 30 de junho, consegue gerar a liquidez necessária para cumprir com as responsabilidades do fundo, dentro do ciclo de resgate estabelecido

## Eventos susceptíveis de criar impactos nos mercados financeiros

Os investidores nos fundos da Sixty conhecem bem o nível de preocupação que a Sociedade Gestora tem com a preservação do capital que lhes é confiado para gestão. Numa situação normal de mercado, privilegiamos sempre, sempre a segurança. Ora esta postura é naturalmente reforçada em situações de crise e em especial no enquadramento global em que vivemos, onde alguns acontecimentos políticos e militares acabam por ter impacto no funcionamento dos mercados financeiros. As indescritíveis tragédias humanas que assistimos com a guerra na Ucrânia e em Gaza, mantêm por outro lado em aberto, interrogações sobre por onde podem ir os mercados da energia, e com eles a economia. As tensões políticas entre os EUA e a China, as duas super potências à procura de um reequilíbrio de forças,

tiveram já impacto no comércio e nos fluxos de investimento internacional, não sendo certo que a evolução possa ser positiva no curto prazo. Estas são algumas das preocupações que as equipas de investimento da Sixty acompanham de perto e em permanência, junto com as variáveis financeiras habituais.



---

Nuno Sousa Pereira  
(Vogal do Conselho de Administração)



---

Virgílio Garcia  
(Vogal do Conselho de Administração)

Lisboa, 21 de agosto de 2025

## 2 Balanço e Demonstrações Financeiras

---

## 2.1 Balanço a 30 de junho de 2025

SIXTY DEGREES FLEXIBLE ALLOCATION

### BALANÇO

Valores em Euro

ATIVO							CAPITAL E PASSIVO					
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	30/06/2025			31/12/2024		CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	30/06/2025	31/12/2024
			Bruto	+Valia	-Valia	Líquido	Líquido					
<b>CARTEIRA DE TÍTULOS</b>							<b>CAPITAL DO OIC</b>					
21	Obrigações	3	1461212	3 852	593	1464 471	1695 509	61	Unidades de Participação	1	3 096 360	3 464 692
22	Ações	3	777 922	293 160	40 969	1030 112	1062 551	62	Variações Patrimoniais	1	18 747	18 747
23	Unidades de Participação	3	613 501	205 892	-	819 392	773 457	64	Resultados Transitados	1	458 045	110 110
	TOTAL DE CARTEIRA DE TÍTULOS		2 852 634	502 904	41563	3 313 975	3 531517	65	Resultados Distribuídos	1	-	-
								66	Resultado Líquido do Exercício	1	36 715	277 035
								67	Dividendos Antecipados das SIM		-	-
									TOTAL DE CAPITAL DO FUNDO		3 609 868	3 941484
<b>CONTAS DE TERCEIROS</b>							<b>CONTAS DE TERCEIROS</b>					
41H...41B	Contas de Devedores	18	50	-	-	50	-	423	Comissões a Pagar	18	22 545	12 706
	TOTAL DE VALORES A RECEBER		50	-	-	50	-	424+...429	Outras Contas de Credores	18	3 977	4 212
								43	Empréstimos Obtidos	18	-	-
									TOTAL DE VALORES A PAGAR		26 522	16 918
<b>DISPONIBILIDADES</b>							<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>					
12	Depósitos a Ordem	3	316 648	-	-	316 648	421591	55	Acréscimos de Custos	17	-	-
	TOTAL DE DISPONIBILIDADES		316 648	-	-	316 648	421591	58	Outros Acréscimos e Diferimentos	17	-	-
									TOTAL DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		-	-
<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>							<b>TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO</b>					
51	Acréscimos de Proveltos	17	2 981	-	-	2 981	4 652				3 636 390	3 958 403
58	Outros Acréscimos e Diferimentos	17	2 736	-	-	2 736	643					
	TOTAL DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		5 717	-	-	5 717	5 295					
	<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<b>3 175 049</b>	<b>502 904</b>	<b>41 563</b>	<b>3 636 390</b>	<b>3 958 403</b>					

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Rui Filipe Salvatores Pires

A ADMINISTRAÇÃO

Nuno João Pereira Vinícius Manuel Ramos Garcia

SIXTY DEGREES FLEXIBLE ALLOCATION

**CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS**

Valores em Euro

DIREITOS SOBRE TERCEIROS				RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	PERIODOS		CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	PERIODOS	
		30/06/2025	31/12/2024			30/06/2025	31/12/2024
<b>OPERAÇÕES SOBRE COTAÇÕES</b>				<b>OPERAÇÕES CAMBIAIS</b>			
911	À vista	-	-	911	À vista	9 816	176 195
935	Futuros	1 899 067	1 506 945	935	Futuros	1 027 304	1 027 304
	<b>TOTAL</b>	<b>1 899 067</b>	<b>1 506 945</b>		<b>TOTAL</b>	<b>1 037 120</b>	<b>1 203 499</b>
<b>TOTAL DOS DIREITOS</b>		<b>1 899 067</b>	<b>1 506 945</b>	<b>TOTAL DAS RESPONSABILIDADES</b>		<b>1 037 120</b>	<b>1 203 499</b>
<b>CONTAS DE CONTRAPARTIDA</b>		-	-	<b>CONTAS DE CONTRAPARTIDA</b>		<b>861 948</b>	<b>303 446</b>

Rui Filipe Salvaterra Pires

Nuno João Pereira Vinícius Manuel Campos Garcia

## 2.2 Demonstração de Resultados referente ao período findo em 30 de junho de 2025

SIXTY DEGREES FLEXIBLE ALLOCATION

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Valores em Euro

Custos e Perdas	Designação	Notas	Período Corrente		Período Anterior		Proveitos e Ganhos	Designação	Notas	Período Corrente		Período Anterior	
			30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024				30/06/2025	30/06/2024		
<b>CUSTOS E PERDAS CORRENTES</b>				<b>PROVEITOS E GANHOS CORRENTES</b>									
<b>Juros e Custos Equiparados</b>				<b>Juros e Proveitos Equiparados</b>									
	Da Carteira de Títulos e outros ativos	5	-	-		Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	5	10 264	5 016				
	De Operações Correntes	5	238	148		De Operações Correntes		-	-				
<b>Comissões e taxas</b>				<b>Rendimentos de Títulos e Outros Ativos</b>									
	Da Carteira de Títulos e outros ativos	5	544	570		Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	5	12 848	13 479				
	Outras, de Operações Correntes	15	40 751	28 194		Outras, de Operações Correntes		-	-				
	De Operações Extrapatrimoniais	5	-	-		De Operações Extrapatrimoniais		-	-				
<b>Perdas em Operações Financeiras</b>				<b>Ganhos em Operações Financeiras</b>									
	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	5	1 253 556	948 999		Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	5	1 357 095	1 139 661				
	Em Operações Extrapatrimoniais	5	1 785 454	1 230 065		Em Operações Extrapatrimoniais	5	1 740 930	1 208 648				
<b>Impostos</b>													
	Impostos sobre o rendimento	9	1 901	1 962									
	Impostos Indiretos	9	2 537	2 083									
<b>Provisões do Exercício</b>													
<b>Outros Custos e Perdas Correntes</b>				<b>Outros Proveitos e Perdas Correntes</b>									
	Outros Custos e Perdas Correntes	15	2 220	2 088		Outros Proveitos e Perdas Correntes		2 780	2 440				
<b>TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES</b>			<b>3 087 202</b>	<b>2 214 108</b>	<b>TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES</b>			<b>3 123 917</b>	<b>2 369 245</b>				
<b>TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS</b>			<b>-</b>	<b>-</b>	<b>TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS</b>			<b>-</b>	<b>-</b>				
<b>RESULTADO LIQUIDO DO PERIODO</b>			<b>36 715</b>	<b>155 137</b>	<b>RESULTADO LIQUIDO DO PERIODO</b>			<b>-</b>	<b>-</b>				
<b>TOTAL</b>			<b>3 123 917</b>	<b>2 369 245</b>	<b>TOTAL</b>			<b>3 123 917</b>	<b>2 369 245</b>				
Resultados da Carteira de Títulos			126 107	208 587	Resultados Eventuais			-	-				
Resultados das Operações Extrapatrimoniais			(44 524)	(21 417)	Resultados Antes de Imposto s/o Rendimer			41 153	159 181				
Resultados Correntes			41 153	159 181	Resultados Liquidos do Período			36 715	155 137				

Sixty Degrees - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., com sede na Av. João Crisóstomo n.º 30, 6.º Esq. 1050-127 Lisboa, Portugal. Capital Social de 1.270.835 Euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob número único de matrícula e identificação fiscal 515 373 508.

## 2.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa - referente ao período findo em 30 de junho de 2025

SIXTY DEGREES FLEXIBLE ALLOCATION

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores em Euro

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	De 2025-01-01 a 2025-06-30 (EUR)	De 2024-01-01 a 2024-06-30 (EUR)
<b>OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC</b>		
Recebimentos:		
Subscrição Unid. Part	125 671	172 750
Resgate Unid. Part	494 053	6 395
	-368 382	166 355
<b>Fluxo das OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC</b>	<b>-368 382</b>	<b>166 355</b>
<b>OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS</b>		
Recebimentos:		
Vendas Tít. e Out. Ativos		0
Rendim. Tít. e Out. Act	1 491 420	961 505
	1 491 420	961 505
Pagamentos:		
Compra Tít. e Out. Ativos	1 142 128	1 099 310
Outras Comis. e Taxas	0	0
	1 142 128	1 099 310
<b>Fluxo das OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS</b>	<b>349 293</b>	<b>-137 805</b>
<b>OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS</b>		
Recebimentos:		
Oper. Cambiais	0	531 037
Oper. s/Cotações	1 740 825	677 772
	1 740 825	1 208 809
Pagamentos:		
Oper. Cambiais	2 071	446 105
Oper. s/Cotações	1 785 454	783 960
Out. Pag. Op. Prazo	273	0
	1 787 798	1 230 065
<b>Fluxo das OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS</b>	<b>-46 974</b>	<b>-21 256</b>
<b>OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE</b>		
Pagamentos:		
Comissão de Gestão	28 549	20 008
Comissão de Depósito	2 547	2 495
Impostos e Taxas	4 278	4 425
Outras despesas	3 506	3 678
	38 880	30 606
<b>Fluxo das OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE</b>	<b>-38 880</b>	<b>-30 606</b>
Saldo dos Fluxos de Caixa do Período:	-104 943	-23 312
Efeitos das Diferenças de Cambio:	0	0
Disponibilidades no Início do Período:	421 591	269 919
Disponibilidades no Fim do Período:	316 648	246 607

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO

Rui Filipe Salvaterra Pires

Nuno João Pereira Virgílio Manuel Ramos Garcia

## 3 Divulgações

## 3.1 Anexos às demonstrações financeiras

---

### Introdução

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através do Decreto-Lei n.º 27/2023 de 28 de abril que aprova o Regime da Gestão de Ativos e do regulamento da CMVM 7/2023, de 29 de dezembro que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2024.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

### **Especialização de períodos**

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

Os juros corridos relativos a títulos adquiridos são registados na rubrica “Juros e custos equiparados”, atendendo a que a periodificação dos juros a receber é efetuada desde o início do período de contagem de juros dos respetivos títulos.

### Carteira de títulos

As compras de títulos são registadas na data da transação, pelo valor efetivo de aquisição.

Os valores mobiliários em carteira são avaliados ao seu valor de mercado, ou presumível valor de mercado, de acordo com as seguintes regras:

### Valorização da carteira e da unidade de participação

- a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.
- b) O valor líquido global do Fundo é apurado de acordo com as seguintes regras:
  - i. Os ativos da carteira do Fundo são valorizados diariamente a preços de mercado, de acordo com as regras referidas no ponto seguinte, sendo o momento de referência dessa valorização as 18 horas para a generalidade dos instrumentos financeiros (valores mobiliários, mercado monetário, ETFs e derivados) e as 22 horas para

unidades de participação em Fundos e ações, ETFs e instrumentos financeiros derivados sob ações e/ou índices de ações admitidos à negociação no continente americano. No que respeita à valorização de títulos de dívida se em casos excecionais, motivados designadamente por falhas técnicas, não for possível obter preços às 18h00, será considerado um momento de referência o mais próximo possível a seguir às 18h00 em que seja possível obter os respetivos preços.

- ii. A composição da carteira do Fundo a considerar em cada valorização diária será a que se verificar no momento de referência desse dia para os respetivos ativos, salvo no caso das operações realizadas em mercados estrangeiros, em que poderão ser considerados os valores resultantes de transações efetuadas até ao final do dia anterior;
- iii. Para valorização dos ativos cotados em moeda estrangeira, será considerado o câmbio de divisas divulgadas pelo Banco de Portugal ou por agências internacionais de informação financeira mundialmente reconhecidas, no momento de referência de valorização da carteira aplicado aos instrumentos financeiros admitidos à negociação no continente americano;
- iv. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram a importância dos encargos efetivos ou pendentes, até à data da valorização da carteira. Para esse efeito, são considerados os seguintes encargos imputáveis ao Fundo: despesas inerentes às operações de compra e venda de ativos, encargos legais, judiciais e fiscais, a taxa de supervisão, a comissão de gestão, a comissão de depósito, custos de registo, custos emergentes das auditorias exigidas por lei ou regulamento e custos de realização de estudos de investimento (*research*)

#### **Regras de valorimetria e cálculo do valor da UP**

##### **a) Valores mobiliários**

- i. A valorização dos valores mobiliários admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação disponível no momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do Fundo. Não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho disponível, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização. Encontrando-se negociados em mais do que um mercado, o valor a considerar na avaliação dos instrumentos financeiros reflete o preço praticado no mercado onde os mesmos são normalmente transacionados pela Sociedade Gestora.
- ii. Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os títulos são considerados como não cotados para efeito de valorização e serão aplicados os seguintes critérios:

A valorização de instrumentos financeiros não admitidas à cotação ou negociação em mercados regulamentados será efetuada com base no valor médio das ofertas de compra e venda firmes disponibilizada para o momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do Fundo ou, na sua falta, com base no valor

médio das ofertas de compra e venda difundidas através de entidades especializadas (preços indicativos), caso as mesmas se apresentem em condições normais de mercado, nomeadamente tendo em vista a transação do respetivo instrumento financeiro e sejam conhecidos os critérios de composição e ponderação ou no valor médio das ofertas de compra, difundidas através de entidades especializadas, caso não se verifiquem as condições referidas na alínea anterior. Na impossibilidade de utilização dos critérios anteriores, recorrer-se-á a modelos teóricos, tais como o modelo dos *cash-flows* descontados, EVA models e comparáveis de mercado que sejam considerados adequados pela Sociedade Gestora para as características do ativo a valorizar.

Excetua-se o caso de instrumentos financeiros(ações) em processo de admissão à cotação a um mercado regulamentado, em que se o valor a atribuir pela entidade gestora corresponderá à última cotação conhecida no momento de referência das ações da mesma espécie, emitidas pela mesma entidade e admitidas à cotação, tendo em consideração as características de fungibilidade e liquidez entre as emissões.

No caso de valores representativos de dívida e quando a Sociedade Gestora considere que, designadamente por falta de representatividade das transações realizadas no mercado em que esses valores estejam cotados ou admitidos à negociação, a cotação não reflita o seu presumível valor de realização ou nos casos em que esses valores não estejam admitidos à cotação ou negociação numa bolsa de valores ou mercado regulamentado, será utilizada a cotação que no entender da Sociedade Gestora melhor reflita o presumível valor de realização dos títulos em questão no momento de referência. Essa cotação será procurada, alternativamente nas seguintes fontes:

- 1) Em sistemas internacionais de informação de cotações como, a Bloomberg, a Reuters ou outros que sejam considerados credíveis pela Sociedade Gestora;
- 2) Junto de entidades especializadas, para determinação da média das ofertas de compra e venda firmes dos títulos em questão, ou na impossibilidade da sua obtenção no valor médio das ofertas de compra e de venda, difundidas através de entidades especializadas (preços indicativos), caso as mesmas se apresentem em condições normais de mercado, nomeadamente tendo em vista a transação do respetivo instrumento financeiro. Caso não se verifiquem as condições anteriores a avaliação será efetuada tendo por base o valor médio das ofertas de compra, difundidas através de entidades especializadas;

Para os efeitos estabelecidos nos anteriores 1) e 2) apenas são elegíveis:

- a) As ofertas de compra firmes de entidades que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a entidade responsável pela gestão;
  - b) As médias que não incluam valores resultantes de ofertas das entidades referidas na alínea anterior ou cuja composição e critérios de ponderação não sejam conhecidos.
- 3) Através de fórmulas de valorização baseadas em modelos teóricos de avaliação de obrigações, onde os fluxos de caixa estimados para a vida remanescente do título são descontados a uma taxa de juro que reflita o risco associado a esse investimento específico, recorrendo-se ainda à comparação direta com títulos semelhantes para aferir da validade da valorização.

## b) Instrumentos do mercado monetário

Tratando-se de instrumentos do mercado monetário, sem instrumentos financeiros derivados incorporados, que distem menos de 90 dias do prazo de vencimento, pode a entidade responsável pela gestão considerar para efeitos de avaliação o modelo do custo amortizado, desde que:

- i. Os instrumentos do mercado monetário possuam um perfil de risco, incluindo riscos de crédito e de taxa de juro, reduzido;
- ii. A detenção dos instrumentos do mercado monetário até à maturidade seja provável ou, caso esta situação não se verifique, seja possível em qualquer momento que os mesmos sejam vendidos e liquidados pelo seu justo valor;
- iii. Se assegure que a discrepância entre o valor resultante do método do custo amortizado e o valor de mercado não é superior a 0,5%.

## c) Instrumentos derivados

- i. Na valorização de instrumentos derivados admitidos à negociação em mercados regulamentados, utilizar-se-á o último preço divulgado pelos respetivos mercados no momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do Fundo, i.e. o *settlement price* corresponde ao dia da valorização;
- ii. Não existindo cotação porque se trata de um instrumento derivado não admitido à negociação, ou no caso de a cotação existente não ser considerada representativa pela Sociedade Gestora utilizar-se-á, alternativamente, uma das seguintes fontes:
  1. Os valores disponíveis no momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do Fundo das ofertas de compra e venda difundidas por um *market-maker* da escolha da Sociedade Gestora;
  2. Fórmulas de valorização que se baseiem nos modelos teóricos usualmente utilizados que, no entender da Sociedade Gestora sejam consideradas mais adequadas às características do instrumento a valorizar. Estes modelos traduzem-se no cálculo do valor atual das posições em carteira através da atualização dos *cash-flows* a receber no futuro, líquidos dos pagamentos a efetuar, descontados às taxas de juro implícitas na curva de rendimentos para o período de vida do instrumento em questão.

### Comissão de subscrição

O OIC poderá cobrar, no momento em que se inscrevam as unidades de participação, uma comissão de 2% na categoria P. O seu montante é, assim, adicionado ao valor das unidades de participação para se apurar o montante a pagar pelo subscritor, revertendo a favor da sociedade gestora. Esta comissão poderá não ser cobrada, caso a subscrição tenha como cliente um Fundo de Pensões.

### Comissão de reembolso

Não se aplicam quaisquer comissões de resgate às categorias I, P R ou D.

## **Comissão de gestão**

Valor da comissão:

A comissão de gestão tem uma componente fixa (i) e uma componente variável (ii) aplicando-se a cada categoria os seguintes valores:

i. **Componente Fixa:**

- Categoria R - A comissão de gestão é de 1.50% ao ano e reverte a favor da Sociedade Gestora.
- Categoria I - A comissão de gestão é de 1.00% ao ano e reverte a favor da Sociedade Gestora.
- Categoria P - A comissão de gestão é de 0.625% ao ano e reverte a favor da Sociedade Gestora.
- Categoria D - A comissão de gestão é de 1.00% ao ano e reverte a favor da Sociedade Gestora.

ii. **Componente Variável:** A comissão variável, aplicada a cada categoria, corresponderá a 20% da diferença positiva entre a valorização do Fundo e o desempenho do seguinte compósito: Euribor a 12m, divulgada no último dia útil do ano anterior, adicionada de 2% ao ano.

### **Modo de cálculo da comissão:**

#### **Componente Fixa:**

A comissão é calculada diariamente sobre o valor líquido global do Fundo, tratando-se de uma taxa nominal.

#### **Componente Variável:**

Para efeitos de cálculo do Valor Líquido Global do Fundo, a diferença entre o desempenho líquido de cada categoria e o desempenho do referido compósito será calculada nominalmente numa base diária. Esta comissão é cobrada apenas quando uma categoria obtém um desempenho superior ao do respetivo indicador de referência durante o período de avaliação da comissão de variável.

Para efeito de cálculo e cobrança da comissão variável, será considerado o período de um ano civil. O primeiro período de cálculo da comissão variável, corresponde ao período entre a data de início do fundo e o dia 31 de dezembro de 2022. O indicador de referência para o cálculo da comissão, no primeiro período, corresponde à Euribor a 12 meses divulgada no último dia útil do ano anterior, acrescida de 2%.

É definido um Valor de Referência Máximo (High Water Mark) como o Valor da Unidade de Participação do Fundo mais elevada em qualquer período precedente, relativamente ao qual foi calculada e paga uma comissão variável (desempenho).

Com base neste cálculo diário, será fixada, por categoria, uma comissão variável nominal positiva ou negativa, atribuída para uma conta de reservas. Periodicamente, qualquer saldo positivo desta conta de reserva fará reduzir o Valor Líquido Global do Fundo que for aplicável. Os acréscimos nominais (positivos ou negativos) diários da comissão de desempenho são englobados com o objetivo de determinar o resultado positivo ou negativo no final do ano. Se o resultado no final

do ano for negativo, não haverá lugar ao pagamento da comissão de desempenho. O resultado negativo no final do ano não será, contudo, transportado para o exercício seguinte.

O período standard para o cálculo da comissão é de 12 meses. Se, no final do período de avaliação, for devida uma comissão, esta será paga e dar-se-á início a um novo período de avaliação de 12 meses. Se, no final de um período de avaliação, 12 meses, ou períodos subsequentes, não for devida qualquer comissão variável, o período de avaliação será prolongado por sucessivos períodos de 12 meses até um máximo de 60 meses.

Decorridos cinco períodos standard, terá início um novo período de avaliação, independentemente de ser ou não devida qualquer comissão variável. Todas as categorias do Fundo estão sujeitas ao mesmo período de avaliação da comissão variável. O período é de 12 meses e inicia-se independentemente de ser ou não devida qualquer comissão variável a título do período anterior.

Apenas será cobrada a comissão variável se o Fundo/categoria obtiver uma valorização positiva no ano. A comissão variável acresce diariamente ao cálculo do VLGF. Durante o período de avaliação, comissões previamente acumuladas serão anuladas por quaisquer subsequentes piores desempenhos.

Se, durante um período de avaliação da comissão, forem liquidados montantes a título de resgate, qualquer comissão variável, acumulada até esse momento, é considerada como realizada, sendo a parte da comissão variável que lhe corresponde deduzida do montante a liquidar ao investidor. A comissão variável acumulada é liquidada à Sociedade Gestora no final de cada período de avaliação standard.

O cálculo da comissão variável é realizado de forma independente para cada categoria de Unidades de participação.

A metodologia aplicada ao cálculo da comissão variável, conforme disposto nas “ Guidelines on Performance Fees” da ESMA pode ser consultada no prospeto do fundo.

### **Comissão de Depósito**

A comissão de depositário é de 0,13% anual, passando a 0,12% anual se o valor líquido global do fundo for superior a 20 Milhões de euros.

Modo de cálculo da comissão: A comissão é calculada diariamente sobre o valor global do Fundo, tratando-se de uma taxa nominal.

Condições de cobrança da comissão: A comissão de depositário é cobrada mensal e postecipadamente até ao final do mês seguinte.

### **Custos de realização de estudos de investimento (*research*)**

Constituem encargos do OIC os custos de realização de estudos de investimento (*research*). Para este efeito apenas serão encargos do OIC os custos que correspondam a serviços efetivamente prestados ao OIC.

A Sixty Degrees estabeleceu internamente um sistema de verificação das necessidades, dos fundos por si geridos, de contratação de serviços para a realização de estudos de investimento.

Estes custos encontram-se refletidos na taxa de encargos correntes, com um máximo de 0,10%/ano, calculados com base no VLGf referente ao fecho do ano.

Os participantes poderão obter informações adicionais respeitantes ao orçamento para custos com a realização de estudos de investimento junto da Sixty Degrees.

O relatório e contas anual inclui informação quantitativa sobre os custos de realização de estudos de investimento.

### **Outros encargos**

Para além das comissões de gestão e de depositário o Fundo suporta os seguintes encargos calculados diariamente:

- a) Os encargos fiscais que lhes sejam imputáveis.
- b) As despesas relativas à compra e à venda dos valores do seu património e relacionadas com a utilização de instrumentos financeiros a prazo, empréstimos e reportes, incluindo-se nestas despesas as taxas de bolsa e de corretagem.
- c) A taxa de supervisão de 0,0012% paga à CMVM, que incide sobre o valor líquido global, no último dia de cada mês, de cada um dos OIC geridos pela mesma, não podendo a coleta ser inferior a € 100 nem superior a € 12 500, majorada de acordo com a Portaria n.º 342-A/2016, de 29 de dezembro, e artigo 35.º dos Estatutos da Autoridade da Concorrência (AdC), aprovados pelo Decreto-Lei n.º 125/2014, de 18 de agosto.
- d) Os custos emergentes das auditorias exigidas por lei ou regulamento.
- e) Os custos legais ou judiciais decorrentes de questões relacionadas com os ativos detidos pelo Fundo.
- f) Custos relativos à emissão de código LEI e documentos de circularização solicitados ao Banco Depositário do fundo para efeitos de encerramento de contas.

O Fundo não suportará encargos relativos a quaisquer outras remunerações de consultores da Sociedade Gestora ou de sub-depositários.

Para além dos custos referidos, poderão existir outros custos e encargos, resultantes do cumprimento de obrigações legais que o fundo tenha de cumprir.

### **Regime Fiscal**

O enquadramento abaixo apresentado não dispensa a consulta da legislação em vigor a cada momento, nem constitui garantia da sua não alteração até à data do resgate/reembolso. O enquadramento aqui expresso não obriga as autoridades fiscais ou judiciárias e não garante que essas entidades não possam adotar posições contrárias.

O regime fiscal que a seguir se descreve respeita ao regime fiscal em vigor na data de apresentação do presente relatório e assenta na interpretação da SIXTY DEGREES SGOIC sobre o mesmo.

### **IRC**

O regime, aplicável aos organismos de investimento coletivo (Decreto-Lei nº 7/2015 de 13 de janeiro), assenta num método de tributação dos rendimentos à “Saída”, ou seja, a tributação é essencialmente na esfera dos participantes.

O OIC é tributado, à taxa geral de IRC, sobre o seu lucro tributável, o qual corresponde ao resultado líquido do exercício, deduzido dos rendimentos (e gastos) de capitais, prediais e mais-valias obtidas, bem como dos rendimentos, incluindo os descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam a seu favor.

#### Imposto do Selo

É devido, trimestralmente, Imposto do Selo sobre o ativo líquido global do OIC, à taxa de 0,0125%.

#### **Tributação dos rendimentos obtidos pelos participantes**

A tributação, ao abrigo do novo regime, incide apenas sobre a parte dos rendimentos gerados a partir de 1 de julho de 2015. Assim, a valia apurada no resgate ou transmissão onerosa das unidades de participação é dada pela diferença entre o valor de realização e o valor de mercado das unidades de participação a 30 de junho de 2015 ou, se superior, o valor de aquisição das mesmas.

##### A) Pessoas singulares

a) Residentes (i.e., titulares de unidades de participação ou participações sociais residentes em território português)

i) Rendimentos obtidos fora do âmbito de uma atividade comercial, industrial ou agrícola

Os rendimentos distribuídos pelo OIC e os rendimentos obtidos com o resgate de unidades de participação e que consistam numa mais-valia estão sujeitos a retenção na fonte, à taxa liberatória de 28%, podendo o participante optar pelo seu englobamento.

Os rendimentos obtidos com a transmissão onerosa de unidades de participação estão sujeitos a tributação autónoma, à taxa de 28%, sobre a diferença positiva entre as mais e as menos valias do período de tributação.

ii) Rendimentos obtidos no âmbito de uma atividade comercial, industrial ou agrícola

Os rendimentos distribuídos pelo OIC estão sujeitos a retenção na fonte, à taxa liberatória de 28%, tendo a retenção na fonte a natureza de pagamento por conta do imposto devido a final.

Os rendimentos obtidos com o resgate e com a transmissão onerosa de unidades de participação concorrem para o lucro tributável, aplicando-se as regras gerais dos Códigos de IRC e de IRS.

b) Não residentes

Os rendimentos obtidos estão isentos de IRS.

Quando os titulares, pessoas singulares, sejam residentes em países sujeitos a um regime fiscal claramente mais favorável, os rendimentos decorrentes das UP são sujeitos a tributação, por retenção na fonte, à taxa de 35% no caso dos rendimentos de capitais e à taxa de 28% no caso dos rendimentos obtidos com as operações de resgate das UP, ou via tributação autónoma, à taxa de 28%, no caso de rendimentos decorrentes da transmissão onerosa da UP.

##### B) Pessoas coletivas

a) Residentes

Os rendimentos distribuídos pelo OIC estão sujeitos a retenção na fonte, à taxa de 25%, tendo o imposto retido a natureza de imposto por conta.

Por outro lado, os rendimentos obtidos com o resgate ou a transmissão onerosa das unidades de participação concorrem para o apuramento do lucro tributável, nos termos do Código do IRC.

Os rendimentos obtidos por pessoas coletivas isentas de IRC estão isentos de IRC, exceto quando auferidos por pessoas coletivas que beneficiem de isenção parcial e respeitem a rendimentos de capitais, caso em que os rendimentos distribuídos são sujeitos a retenção na fonte, com carácter definitivo, à taxa de 25%.

#### b) Não residentes

Os rendimentos obtidos com as unidades de participação são isentos de IRC.

No caso de titulares pessoas coletivas residentes em países sujeitos a um regime fiscal claramente mais favorável, os rendimentos decorrentes das UP estão sujeitos a tributação à taxa de 35%, por retenção na fonte, no caso dos rendimentos distribuídos, ou tributação autónoma à taxa de 25%, no caso de rendimentos auferidos com o resgate

ou com a transmissão onerosa da UP.

No caso de titulares pessoas coletivas residentes em países sujeitos a um regime fiscal claramente mais favorável ou detidos, direta ou indiretamente, em mais de 25% por entidades ou pessoas singulares residentes em território português, os rendimentos decorrentes das unidades de participação estão sujeitos a tributação à taxa de 25%, por retenção na fonte.

#### Tributação em sede de imposto de selo

Estão sujeitas, desde janeiro de 2019, a imposto de selo à taxa de 4%:

- a) As comissões de gestão e de depósito suportadas pelo OIC;
- b) As comissões de subscrição e resgate suportadas pelos Participantes.

### **Nota 1 – Capital do Fundo**

O capital do Fundo é composto por unidades de participação (UP's), que conferem aos seus titulares o direito de propriedade sobre os valores do Fundo, proporcionalmente ao número de unidades que representam.

O movimento ocorrido no capital do Fundo, durante o período de referência, findo a 30 de junho de 2025, apresenta o seguinte detalhe:

SIXTY DEGREES FLEXIBLE ALLOCATION						(em euro)
Descrição	No início	Subscrições	Resgates	Outros	Resultados do Exercício	No fim
Valor Base	3 464 692	125 721	(494 053)	-	-	3 096 360
Diferença p/Valor Base	18 747	-	-	-	-	18 747
Resultados Distribuídos	-	-	-	-	-	-
Resultados Acumulados	181 010	-	-	-	277 035	458 045
Resultados do Período	277 035	-	-	(277 035)	36 715	36 715
Soma	3 941 484	125 721	- 494 053	(277 035)	313 750	3 609 868

A evolução do valor do Fundo durante o período de referência, findo a 30 de junho de 2025 foi o seguinte:

SIXTY DEGREES FLEXIBLE ALLOCATION - Categoria I (em euro)

	VLGF	Valor UP	Nº de UP Circulação
Ano 2025			
Jan	1 674 428.53	5.7603	290 683.28
Fev	1 674 143.46	5.7593	290 683.28
Mar	1 665 711.08	5.7303	290 683.28
Abr	1 659 111.35	5.7076	290 683.28
Mai	1 481 161.62	5.7914	255 750.00
Jun	1 490 174.44	5.8267	255 750.00

SIXTY DEGREES FLEXIBLE ALLOCATION - Categoria R (em euro)

	VLGF	Valor UP	Nº de UP Circulação
Ano 2025			
Jan	658 176.18	5.5509	118 572.10
Fev	652 889.22	5.5477	117 686.47
Mar	604 569.96	5.5173	109 576.52
Abr	592 528.98	5.4931	107 866.93
Mai	613 129.32	5.5714	110 050.09
Jun	679 902.89	5.6029	121 349.20

SIXTY DEGREES FLEXIBLE ALLOCATION - Categoria D (em euro)

	VLGF	Valor UP	Nº de UP Circulação
Ano 2025			
Jan	1 341 562.00	5.2440	266 042.00
Fev	1 341 333.67	5.2442	266 042.00
Mar	1 334 577.62	5.4161	266 042.00
Abr	1 230 531.07	5.6472	247 192.00
Mai	1 245 825.09	5.7181	247 192.00
Jun	1 243 689.93	5.9212	247 192.00

SIXTY DEGREES FLEXIBLE ALLOCATION - Categoria P (em euro)

	VLGF	Valor UP	Nº de UP Circulação
Ano 2025			
Jan	193 558.02	5.6640	34 173.19
Fev	193 583.03	5.6648	34 173.19
Mar	192 671.88	5.6381	34 173.19
Abr	191 969.54	5.6175	34 173.19
Mai	194 852.40	5.7019	34 173.19
Jun	196 100.65	5.7384	34 173.19

## Nota 2 – Transações de valores Mobiliários no período

Para o período de referência findo a 30 de junho de 2025, as transações de valores mobiliários efetuadas pelo Fundo apresentaram a seguinte composição:

	Compras (1)	Vendas (2)	Total (1)+(2)
	Mercado	Mercado	Mercado
Obrigações	3 867 187	3 936 664	7 803 850
Acções	57 562	6 756	64 318
Unidades de Participação	137 653	137 158	274 811
Contrato de Futuros	6 125 649	5 832 085	11 957 734

Para o período de referência findo a 30 de junho de 2025, não foi cobrada qualquer comissão de subscrição e resgate.

	Valor	Comissoes Cobradas
Subscrições	125 721	-
Resgates	494 053	-

### Nota 3 – Carteira de Títulos e Disponibilidades

O detalhe da carteira de títulos, a 30 de junho de 2025 é apresentado como se segue:

#### INVENTÁRIO DA CARTEIRA em 30 de Junho de 2025

SIXTY DEGREES FLEXIBLE ALLOCATION

Descrição dos Títulos	Preço de aquisição	Mais	Menos	Mais	Menos	Valor da carteira	Juros corridos	Soma
		valias	valias	valias	valias			
		Capital		Cambial				
<b>VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS</b>								
<b>Acções</b>								
Amazon.Com Inc	27 210.30	6 507.62		-2 213.67		31 504.25		31 504.25
AMEX-American Express Co.	27 077.05	20 996.13		-2 267.88		45 805.30		45 805.30
Amgen Inc	37 464.20	5 926.85		-3 296.69		40 094.36		40 094.36
Apple Inc-US0378331005	25 204.51	6 368.38		-2 110.62		29 462.27		29 462.27
Boeing Co.	26 184.95	5 972.23		-2 068.82		30 088.36		30 088.36
Caterpillar-US1491231015	32 576.49	26 022.38		-2 852.19		55 746.68		55 746.68
Chevron Corp	24 661.39		-1 880.89	-2 218.52		20 561.98		20 561.98
Cisco Systems Inc	8 057.13	2 569.91		-664.12		9 962.92		9 962.92
Coca-Cola Co.	9 790.89	1 214.78		-846.02		10 159.65		10 159.65
GS Inc.-US38141G1040	51 724.93	54 281.70		-4 374.23		101 632.40		101 632.40
Home Depot Inc	49 687.92	7 109.66		-4 148.33		52 649.25		52 649.25
Honeywell International Inc.	30 029.98	6 018.78		-2 607.36		33 441.40		33 441.40
INTL BUSINESS MACHINE - IBM	20 569.51	23 549.56		-1 788.87		42 330.20		42 330.20
Johnson & Johnson Co	27 240.48		-2 931.76	-2 373.93		21 934.79		21 934.79
JPMorgan Chase & Co	21 013.28	22 365.11		-1 747.52		41 630.87		41 630.87
McDonalds Corp	38 635.01	6 615.82		-3 295.42		41 955.41		41 955.41
Merck & Co. Inc.	13 441.04		-864.22	-1 209.50		11 367.32		11 367.32
Microsoft Corp	44 526.57	30 671.74		-3 770.58		71 427.73		71 427.73
Nike Inc. - C. B	19 536.26		-7 738.71	-1 596.26		10 201.29		10 201.29
NVIDIA - US67066G1040	15 310.92	8 323.01		-946.68		22 687.25		22 687.25
Procter & Gamble Co-US7427181091	24 262.64	673.71		-2 058.11		22 878.24		22 878.24
SALESFORCE INC	29 805.67	11 824.07		-2 471.65		39 158.09		39 158.09
SHERWIN-WILLIAMS CO/THE	48 225.03	4 063.01		-2 981.78		49 306.26		49 306.26
Travelers Cos. Inc/The	27 477.09	13 354.64		-2 413.17		38 418.56		38 418.56
UnitedHealth Group Inc.	77 515.13		-25 998.95	-6 717.51		44 798.67		44 798.67
Verizon Communications Inc	8 142.33		-1 239.19	-689.60		6 213.54		6 213.54
Visa Inc - Class A Shares	32 985.74	20 798.07		-2 798.88		50 984.93		50 984.93
Walmart Inc	7 275.29	7 709.86		-944.01		14 041.14		14 041.14
Walt Disney Co. (The)	19 722.31		-315.52	-1 599.04		17 807.75		17 807.75
3M Co.	23 476.52	383.65		-1 998.61		21 861.56		21 861.56
<b>Sub-Total:</b>	<b>848 830.56</b>	<b>293 320.67</b>	<b>-40 969.24</b>	<b>0.00</b>	<b>-71 069.57</b>	<b>1 030 112.42</b>		<b>1 030 112.42</b>
<b>Obrigações</b>								
GVOLT 5.2 11/18/27	150 000.00	2 250.00				152 250.00	910.00	153 160.00
<b>Sub-Total:</b>	<b>150 000.00</b>	<b>2 250.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>152 250.00</b>	<b>910.00</b>	<b>153 160.00</b>
<b>Títulos de Dívida Pública</b>								
B 0 07/15/25 Govt	172 154.86	825.27		-7 554.90		165 425.23		165 425.23
B 0 09/11/25 Govt	286 197.96	650.73		-4 606.47		282 242.22		282 242.22
BUBILL 0 07/16/25 Corp	599 490.00	126.00		0.00		599 616.00		599 616.00
TREASURY BILL 6 1/2 11/15/26 - US912810EY02	299 687.70		-1 204.85	-33 545.73		264 937.12	2 071.14	267 008.26
<b>Sub-Total:</b>	<b>1 357 530.52</b>	<b>1 602.00</b>	<b>-1 204.85</b>	<b>0.00</b>	<b>-45 707.10</b>	<b>1 312 220.57</b>	<b>2 071.14</b>	<b>1 314 291.71</b>
<b>Unidades de Participação</b>								
Amundi S&P 500 UCITS ETF - Daily Hedged	245 941.70	89 836.74		0.00	-	335 778.44		335 778.44
SIXTY DEGR AC PORT I	80 000.00	36 637.90		0.00	-	116 637.90		116 637.90
SIXTY DEGR AC PORT R	32 000.00	18 845.64		0.00	-	50 845.64		50 845.64
ISHARES MSCI HONG KONG ETF	76 315.48	13 045.11		-8 697.89		80 662.70		80 662.70
Vanguard S/T Corp Bond ETF	39 872.90	1 736.66		-3 713.36		37 896.20		37 896.20
SPROTT PHYSICAL URANIUM TRUS	61 296.23	15 769.16		-6 540.75		70 524.64		70 524.64
SPDR S&P 500 ETF Trust-US78462F1030	93 260.08	45 150.36		-11 363.55		127 046.89		127 046.89
<b>Sub-Total:</b>	<b>628 686.39</b>	<b>221 021.57</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>-30 315.55</b>	<b>819 392.41</b>	<b>0.00</b>	<b>819 392.41</b>
<b>Total</b>	<b>2 985 047</b>	<b>518 194</b>	<b>-42 174</b>	<b>0</b>	<b>-147 092</b>	<b>3 313 975</b>		<b>3 316 957</b>

Sixty Degrees - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., com sede na Av. João Crisóstomo n.º 30, 6.º Esq. 1050-127 Lisboa, Portugal. Capital Social de 1.270.835 Euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob número único de matrícula e identificação fiscal 515 373 508.

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades, durante o período em referência foi o seguinte:

#### SIXTY DEGREES FLEXIBLE ALLOCATION

(em euro)

Contas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Depósitos à ordem	421 591	7 444 298	7 549 240	316 648

A 30 de junho de 2025, os depósitos à ordem encontravam-se domiciliados na Caixa Geral de Depósitos com um valor total de 316.648 euros.

### Nota 4 – Critérios de valorização dos ativos

Para valorização dos ativos integrantes da carteira, foram utilizados os critérios de valorização mencionados no ponto acima, denominado “Regras de valorimetria e cálculo do valor da UP”.

### Nota 5 – Resultados Obtidos

Os resultados obtidos pelo Fundo, no período em referência findo a 30 de junho de 2025, são compostos pelas seguintes rubricas:

#### 1º QUADRO - COMPONENTES DO RESULTADO DO FUNDO - PROVEITOS

SIXTY DEGREES FLEXIBLE ALLOCATION							(Valores em Euro)
Natureza	GANHOS DE CAPITAL			GANHOS COM CARÁCTER DE JURO			Soma
	Mais Valias potenciais	Mais Valias efectivas	Soma	Juros vencidos	Juros corridos	Rendimento de títulos	
<b>Operações à Vista</b>							
Acções	863 927	151	864 078	-	-	9 321	9 321
Obrigações	33 629	164	33 793	-	9 939	-	9 939
Unidades Participação	459 224	-	459 224	-	-	3 527	3 527
Outros OIC	-	-	-	-	-	-	-
<b>Operações a Prazo</b>							
<b>Cambiais</b>							
Forwards	1 209 109	-	1 209 109	-	-	-	-
<b>Cotações</b>							
Futuros	531 822	-	531 822	-	-	-	-
Outros Proveitos	-	3 104.45	3 104.45	-	-	-	-

#### 2º QUADRO - COMPONENTES DO RESULTADO DO FUNDO - CUSTOS

SIXTY DEGREES FLEXIBLE ALLOCATION							(Valores em Euro)
Natureza	PERDAS DE CAPITAL			JUROS E COMISSÕES SUPORTADOS			Soma
	Menos Valias potenciais	Menos Valias efectivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros corridos	Soma	
<b>Operações à Vista</b>							
Acções	849 784	-	849 784	-	-	-	-
Obrigações	17 289	60	17 349	-	-	-	-
Unidades Participação	380 727	-	380 727	-	-	-	-
Outros	5 696	-	5 696	238	-	238	238
<b>Operações a Prazo</b>							
<b>Cambiais</b>							
Forwards	1 253 761	-	1 253 760.94	-	-	-	-
<b>Cotações</b>							
Futuros	531 693	-	531 693.32	-	-	-	-
<b>Comissões</b>							
De Gestão	-	-	-	37 747.30	-	37 747	37 747
De Depósito	-	-	-	2 403.80	-	2 404	2 404
De Carteira Títulos	-	-	-	543.54	-	544	544
Taxa de Supervisão	-	-	-	599.99	-	600	600

Sixty Degrees - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., com sede na Av. João Crisóstomo n.º 30, 6.º Esq. 1050-127 Lisboa, Portugal. Capital Social de 1.270.835 Euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob número único de matrícula e identificação fiscal 515 373 508.

## Nota 9 – Impostos e taxas

Durante o período em referência, findo a 30 de junho de 2025, foram cobrados os impostos que se seguem:

SIXTY DEGREES FLEXIBLE ALLOCATION		(em euro)	
		30/06/2025	30/06/2024
Conta	Descrição	Saldo	Saldo
74122	Imposto de selo	2 537	2 083
74112	Imposto sobre o rendimento	1 901	1 962

## Nota 11 – Exposição ao Risco Cambial

SIXTY DEGREES FLEXIBLE ALLOCATION		30/06/2025		30-06-2024		Posição Global		
Moedas	À Vista	A Prazo Futuros		À Vista	30-06-2024			
		Compra	Venda		Compra		Venda	
USD	2 280 036	1 956 573	-	4 236 609	2 534 964	-	1 539 739	995 225
Contravalor Euro	1 937 347	1 662 500	-	3 599 847			1 437 500	929 142.00

## Nota 15 – Encargos Imputados ao Fundo

De acordo com o artigo 12º do regulamento da CMVM 07/2023, os encargos correntes<sup>2</sup> imputados ao Fundo, durante o período em referência, findo a 30 de junho de 2025, foram os seguintes:

SIXTY DEGREES FLEXIBLE ALLOCATION		(Valores em EUR)			
		30/06/2025		30/06/2024	
Custos		Valor	%VLGF	Valor	%VLGF
<b>Valorização Média</b>		3 723 690		3 883 232	
Banco Deposit.		2 403.80	0.065%	2 520	0.065%
Comissão Gestão		19 683.50	0.529%	20 433	0.526%
Tx. Supervisão		600.00	0.016%	600	0.015%
Custos de Auditoria		2 220.21	0.060%	2 088	0.054%
Outros Custos		6 424.83	0.173%	4 044	0.104%
<b>TOTAL</b>		<b>31 332</b>		<b>29 685</b>	
<b>TAXA GLOBAL DE CUSTOS (TGC)</b>			<b>0.84%</b>		<b>0.76%</b>

A afetação dos encargos correntes, por categoria, para o período em referência apresenta o seguinte detalhe:

Categoria I			Categoria R		
30/06/2025			30/06/2025		
Custos	Valor	%VLGF	Custos	Valor	%VLGF
<b>Valorização Média</b>	<b>1 615 582</b>		<b>Valorização Média</b>	<b>626 788</b>	
Banco Depositário	1 043	0.06%	Banco Depositário	404.62	0.06%
Comissão de Gestão	8 021	0.50%	Comissão de Gestão	4 667.53	0.74%
TX Supervisão	259	0.02%	TX Supervisão	102.13	0.02%
Custos de Auditoria	958	0.06%	Custos de Auditoria	377.92	0.06%
Outros Custos	2 771	0.17%	Outros Custos	1 093.63	0.17%
<b>Total</b>	<b>13 051</b>		<b>Total</b>	<b>6 646</b>	
<b>Taxa de encargos correntes</b>		<b>0.81%</b>	<b>Taxa de encargos correntes</b>		<b>1.06%</b>

<sup>2</sup> Taxa de encargos correntes calculada de acordo com o artigo 12º do regulamento 07/2023

<u>Categoria P</u>			<u>Categoria D</u>		
	30/06/2025			30/06/2025	
Custos	Valor	%VLGF	Custos	Valor	%VLGF
<b>Valorização Média</b>	<b>192 619</b>		<b>Valorização Média</b>	<b>1 288 701</b>	
Banco Depositário	124	0.06%	Banco Depositário	831.91	0.06%
Comissão de Gestão	598	0.31%	Comissão de Gestão	6 397.75	0.50%
TX Supervisão	31	0.02%	TX Supervisão	207.77	0.02%
Custos de Autidtoria	116	0.06%	Custos de Autidtoria	768.83	0.06%
Outros Custos	335	0.17%	Outros Custos	2 224.84	0.17%
<b>Total</b>	<b>1 204</b>		<b>Total</b>	<b>10 431</b>	
<b>Taxa de encargos correntes</b>		<b>0.63%</b>	<b>Taxa de encargos correntes</b>		<b>0.81%</b>

## Nota 16 – Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

As contas do fecho do semestre são comparáveis com as contas relativas ao período homólogo, junho de 2024.

## Nota 17 – Acréscimos e Diferimentos

A 30 de junho de 2025, esta rubrica apresentava os seguintes valores:

<u>Acréscimos de Proveitos</u>			(em euro)
	Saldo		
<u>Descrição</u>	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	
Juros de Obrigações	2 981	910	
Outros	2 736	4 384	
<b>Total</b>	<b>5 717</b>	<b>5 295</b>	

## Nota 18 – Contas de Terceiros

A 30 de junho de 2025, as contas de terceiros apresentavam os seguintes valores:

<u>Devedores</u>			(em euro)	<u>Credores</u>			(em euro)
	Saldo				Saldo		
<u>Descrição</u>	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>		<u>Descrição</u>	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	
Operações de mercado	50	-		Entidade Gestora (Sixty Degrees)	22 048	12 062	
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>		Entidade Depositária (CGD)	397	444	
				Autoridade de Supervisão (CMVM)	100	200	
				Estado e outros entes públicos	451	475	
				Outros credores	3 527	3 738	
				<b>Total</b>	<b>26 522</b>	<b>16 918</b>	

O Contabilista Certificado

A Administração

Rui Filipe Salvatores Pires

Nuno José Pereira Virgílio Manuel Ramos Garcia

Lisboa 21 de agosto de 2025

## 4 Certificação das Contas

---

## RELATÓRIO DE AUDITORIA

## RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **SIXTY DEGREES FLEXIBLE ALLOCATION – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Flexível** (SIXTY DEGREES FA), gerido pela SIXTY DEGREES – SOCIEDADE GESTORA DE ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLETIVO, S.A. (Sociedade Gestora), que compreendem o balanço em 30 de junho de 2025 (que evidencia um total de 3.636.390 euros e um total de capital do Fundo de 3.609.868 euros, incluindo um resultado líquido de 36.715 euros), a demonstração dos resultados e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período de 6 meses findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **SIXTY DEGREES FLEXIBLE ALLOCATION – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Flexível** em 30 de junho de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de 6 meses findo naquela data de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis aos Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários em Portugal.

## Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do SIXTY DEGREES FA e da Sociedade Gestora nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

## Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.



Matérias relevantes de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
<b>Valorização da carteira de títulos</b>	
<p>A carteira de títulos corresponde a cerca de 91% do ativo conforme a nota 3 do anexo às demonstrações financeiras à data de 30 de junho de 2025.</p> <p>Os ativos da carteira do Fundo são valorizados diariamente a preços de mercado de acordo com a alínea a) n.º i. das Regras de valorimetria e cálculo do valor da UP que se encontram na Introdução do anexo às demonstrações financeiras e no Relatório de Gestão.</p> <p>Dada a volatilidade dos preços de mercado consideramos esta matéria como uma matéria relevante de auditoria face à materialidade dos valores envolvidos.</p>	<p>Entre os procedimentos de auditoria realizados destacamos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Teste ao controlo interno do Fundo, nomeadamente ao processo de valorização da carteira;</li> <li>• Recalculo do valor de mercado dos títulos em carteira com recurso a fontes oficiais e comparação com os valores apurados pelo Fundo;</li> <li>• Avaliação sobre a adequacidade das divulgações de acordo com o referencial contabilístico aplicável.</li> </ul>

**Responsabilidades do órgão de gestão da Sociedade Gestora pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão da Sociedade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos monetários do SIXTY DEGREES FA de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para Fundos de investimento mobiliário;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do SIXTY DEGREES FA de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade Gestora do SIXTY DEGREES FA;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do SIXTY DEGREES FA para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o SIXTY DEGREES FA descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, da Sociedade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia, nos termos do n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) n.º 7/2023, que concretiza o Regime da Gestão de Ativos.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

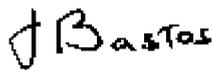
Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o SIXTY DEGREES FA, não identificamos incorreções materiais.

**Sobre as matérias previstas no n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023**

Nos termos do n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime da Gestão de Ativos, devemos pronunciar-nos sobre o cumprimento dos critérios e pressupostos de avaliação dos ativos que integram o património do SIXTY DEGREES FA.

Sobre a matéria indicada não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 28 de agosto de 2025



---

**KRESTON & ASSOCIADOS - SROC, LDA.**

Representada por Jaime de Macedo Santos Bastos  
Registado na OROC n.º 599 e na CMVM n.º 20160252